



ACADEMIA MILITAR

Qual o Papel da Guarda Nacional Republicana Durante a Grande Guerra

Autor: Aspirante Diogo Miguel Martins Barreiros

Orientador: Professor Catedrático de História António José Telo

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2015



ACADEMIA MILITAR

Qual o Papel da Guarda Nacional Republicana Durante a Grande Guerra

Autor: Aspirante Diogo Miguel Martins Barreiros

Orientador: Professor Catedrático de História António José Telo

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2015

Dedicatória

À minha família e amigos,

Obrigado por tudo

Agradecimentos

Aproximando-se assim o final de um esforço de cinco anos, com a realização deste trabalho de investigação, torna-se impreterível enaltecer a todos os que deram o seu contributo para que conseguisse alcançar o sucesso e sem os quais esta investigação não teria o mesmo desfecho.

Em primeiro lugar, queria agradecer ao meu Orientador por todo o empenho e dedicação que permanentemente ofereceu para a realização de toda a investigação, com o seu profundo conhecimento metodológico e pelo seu domínio dos conceitos na área que pretendi estudar. Sem este, teria sido impossível a realização desta investigação.

A todas as pessoas que me ajudaram na correção, no esclarecimento de dúvidas e que sempre me deram o seu apoio para que a resolução deste trabalho de investigação fosse possível.

Ao Major General Rui Moura pela ajuda, apoio, pelas correções e por toda a disponibilidade que demonstrou em me ajudar.

Ao Tenente-Coronel Nuno Andrade, ao Capitão Tiago Lopes e ao Cabo António Joaquim Martins Da Silva pelo tempo que despenderam para me auxiliar, por todas as informações e bibliografia que me forneceram sendo estas fundamentais para chegar ao fim deste trabalho.

À minha família por todo o auxílio prestado e por todos os sacrifícios que fizeram por mim ao longo destes cinco anos, a todos vós serei eternamente grato.

Aos meus amigos que tiveram de suportar a minha ausência nestes últimos tempos mas que nunca me deixaram e sempre me apoiaram.

A todo o meu curso, por todo o apoio, ajuda e amizade com que me brindaram estes últimos cinco longos anos.

A todos vós um muito OBRIGADO!

Resumo

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada tem como objetivo principal perceber qual foi o papel que a Guarda Nacional Republicana desempenhou durante a Primeira Guerra Mundial.

Para a realização do presente trabalho, decidimos enveredar por uma investigação histórica com uma abordagem bibliográfica, analisando para o efeito documentação da época, como por exemplo, ordens de serviço, livros, entre outras, que se encontra plasmada na bibliografia.

Os objetos de estudo deste trabalho prendem-se com o intuito de verificar quais as mudanças que esta força de segurança sofreu com a guerra no que concerne à sua constituição orgânica, e a forma como evoluiu a sua implementação pelo território nacional, no sentido de perceber como a guerra influenciou o seu processo de implementação.

Com este estudo, pudemos comprovar que para além da elevada instabilidade política no País, o período da Grande Guerra caracteriza-se económica e socialmente pela crise financeira, carestia de vida, conflituosidade social e agitação nas ruas, levando a GNR a uma intensa atividade dentro de Portugal.

Neste trabalho analisámos qual o contributo que a GNR veio dar a Portugal durante o conflito, quer dentro das fronteiras, quer fora destas.

Concludentemente, a GNR desempenhou funções na área da retaguarda do Corpo Expedicionário Português, tendo para o efeito, enviado subunidades constituídas para França. Assim, era considerada como uma força de confiança, sendo utilizada para manter a segurança quer em Portugal, quer na área da retaguarda do Corpo Expedicionário Português, vendo-se assim forçada a alterar e a adotar novas missões, que não estavam previstas inicialmente aquando a sua formação, de forma a corresponder a todas as vicissitudes que a guerra veio trazer a Portugal e os portugueses.

Palavras-Chave: Grande Guerra; GNR; Corpo Expedicionário Português.

Abstract

The present Scientific Final Report of the Applied Research Work aims to realize what role did the *Guarda Nacional Republicana* play during the first World War.

In order to carry out this work, we decided to embark on a historical research with a bibliographical dimension. To achieve this goal we have analyzed documentation of that time and the diverse literature that is mentioned in this research.

The objects of this study aims to verify what changes has the *Guarda Nacional Republicana* suffered with the war and what is the relation with its organic constitution and how the implementation of this force has evolved throughout the national territory, in order to see how the war has influenced the spread of the same.

With this study, we were able to prove that besides the high political instability in the country, the period of the great war is characterized economically and socially by the financial crisis, cost of life, social conflict and unrest in the streets, leading GNR to an intense activity in Portugal. In this paper we have examined what contribution the GNR gave to Portugal during the conflict, both within and outside these borders.

Concluding, the GNR has played roles in the rear area of the Portuguese Expeditionary Corps, having for that purpose, sent to France constituted subunits. So, it was regarded as a reliable force, being used to keep security both in Portugal and in the rear area of the Portuguese Expeditionary Corps, thus forced to change and adopt new missions that were not foreseen initially upon its formation, in order to match all the vicissitudes that the war has brought to Portugal and to the Portuguese people.

Keywords: Great War; *Guarda Nacional Republicana*; Portuguese Expeditionary Corps.

Índice Geral

Dedicatória	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract	vi
Índice Geral	vii
Índice de Tabelas	x
Índice de Figuras	xi
Lista de Apêndices	xiii
Lista de Anexos	xiv
Lista de Abreviaturas, Acrónimos e Siglas	xv
Capítulo 1 Introdução	1
1.1. Generalidades.....	1
1.2. Enquadramento da Investigação	1
1.3. Justificação do Tema	2
1.4. Objetivo Geral e Objetivos Específicos	3
1.5. Questão Central e Questões de Investigação	3
1.6. Metodologia Adotada	4
1.7. Estrutura do Trabalho	4
Capítulo 2 Metodologia e Procedimentos	6
2.1. Generalidades.....	6

2.2. Método de Abordagem ao Problema e Justificação.....	6
2.3. Técnicas, Procedimentos e Meios Utilizados	8
Capítulo 3 Enquadramento Histórico.....	9
3.1. Generalidades.....	9
3.2. Antecedentes da Guarda Nacional Republicana.....	9
3.3. O Nascer da Guarda Nacional Republicana	12
3.4. Situação Política do País.....	15
Capítulo 4 Portugal Na Guerra.....	18
4.1. Generalidades.....	18
4.2. Enquadramento Grande Guerra 1914-1918.....	18
4.3. Participação Portuguesa na Guerra	21
4.4. Situação Política/Social do País.....	26
4.5. Situação Económica.....	31
Capítulo 5 GNR e a Guerra.....	33
5.1. Generalidades.....	33
5.2. Frente Externa.....	33
5.3. Frente Interna.....	38
5.4. Organização da Guarda Nacional Republicana 1911-1919.....	43
Capítulo 6 Conclusões e Recomendações	50
6.1. Introdução	50
6.2. Resposta às Questões de Investigação	50
6.3. Resposta à Questão Central	52
6.4. Limitações da Investigação.....	55

6.5. Propostas de Investigações Futuras	55
Bibliografia.....	56
Apêndices.....	1
Anexos.....	1

Índice de Tabelas

Capítulo 4 – Portugal Com a Guerra

Tabela n.º 1 – Indicadores monetários e financeiros para Portugal, 1914-1920 (1914 = 100).....	32
---	----

Capítulo 5 – GNR e a Guerra

Tabela n.º 2 – Número de militares da GNR destacados para as diversas unidades do CEP.	37
--	----

Apêndices

Tabela n.º 3 – Recusas Coletivas de Embarque para França.....	8
---	---

Índice de Figuras

Capítulo 2 – Metodologia e Procedimentos

Figura n.º 1 – Modelo Científico de Raymond & Campenhoudt.	7
Figura n.º 2 – Constituição dos Efetivos e Organização das Guardas Republicanas em 1910.	12
Figura n.º 3 – General Encarnação Ribeiro, Comandante da GNR.	13
Figura n.º 4 – Presidentes dos Ministérios e Respetiva duração dos Governos.	17
Figura n.º 5 – Militares da GNR durante a greve do pessoal da Carris. Rua Luís de Camões (Lisboa, Portugal).	30
Figura n.º 6 – Disposição Territorial que estava prevista no Decreto – Lei n.º103/1911, de 3 de Maio.....	2
Figura n.º 7 – Disposição territorial que demonstrava a realidade em 1911.	2
Figura n.º 8 – Disposição territorial que estava prevista por lei.....	3
Figura n.º 9 – Disposição territorial que demonstrava a realidade em 1913.	3
Figura n.º 10 – Disposição territorial que estava prevista na Lei n.º 1/1913, de 1 de julho.....	4
Figura n.º 11 – Disposição territorial que demonstrava a realidade em 1913.	4
Figura n.º 12 – Disposição territorial que estava prevista na Lei n.º 1/1913, de 1 de julho.....	5
Figura n.º 13 – Disposição territorial que demonstrava a realidade em 1914.	5
Figura n.º 14 – Disposição territorial que estava prevista por lei.....	6

Figura n.º 15 – Disposição territorial que demonstrava a realidade em 1917.	6
Figura n.º 16 – Disposição territorial que estava prevista no Decreto – Lei n.º 5568/1919 de 10 de Maio.....	7
Figura n.º 17 – Disposição territorial que demonstrava a realidade em 1919.	7
Figura n.º 18 – Encerramento do Parlamento pela ditadura do General Pereira de Castro em janeiro de 1915.....	10
Figura n.º 19 – Comandantes Gerais da GNR de 1911 a 1921.	2

Lista de Apêndices

Apêndice A – Composição e Distribuição da Força em 1911.....	2
Apêndice B – Composição e Distribuição da Força em 1912.....	3
Apêndice C – Composição e Distribuição da Força em 1913.....	4
Apêndice D – Composição e Distribuição da Força em 1914.....	5
Apêndice E – Composição e Distribuição da Força em 1917.....	6
Apêndice F – Composição e Distribuição da Força em 1919.....	7
Apêndice G – Recusas Coletivas de Embarque para França.....	8
Apêndice H – Golpe de 14 de Maio de 1915.....	10
Apêndice I – Golpe de Sidónio Pais - 5 De dezembro de 1917.....	13

Lista de Anexos

Anexo A – Comandantes Gerais da GNR desde 1911 a 1921	1
---	---

Lista de Abreviaturas, Acrónimos e Siglas

AM – Academia Militar

CEP – Corpo Expedicionário Português

Cfr. – Conferir

EUA – Estados Unidos da América

GM – Guarda Municipal

GNR – Guarda Nacional Republicana

GR – Guarda Republicana

OS – Ordem de Serviço

OSGEGNR – Ordem de Serviço do Grupo de Esquadrões da Guarda Nacional Republicana

OSGNR – Ordem de Serviço do Comando Geral da Guarda Nacional Republicana

OSGR – Ordem de Serviço do Comando Geral da Guarda Republicana

PRP – Partido Republicano Português

QC – Questão Central

QI – Questões de Investigação

Capítulo 1

Introdução

1.1. Generalidades

O Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada surge com o propósito de obter o grau de Mestre em Ciências Militares na Especialidade de Segurança. Deste modo foi proposto o seguinte tema: “O Papel da Guarda Nacional Republicana durante a Grande Guerra”.

Este projeto representa a aplicação de competências adquiridas, ao longo de toda a formação dos futuros Oficiais do exército e da Guarda Nacional Republicana (GNR) adquirida na Academia Militar (AM), bem como o desenvolvimento de capacidades que permitem e que constituem a base de aplicações originais, em ambiente de investigação.

A este capítulo de epígrafe “Introdução” cabe assim a finalidade de enquadrar e justificar o tema a que nos propusemos a investigar. Para isso, esta investigação iniciou-se com a Questão Central (QC), que, declinada, configurou caminhos de resposta representados pelas demais Questões de Investigação (QI). Por consequente surgiram, assim, o objetivo geral e os vários objetivos específicos.

De modo a concluir este capítulo é apresentada a metodologia utilizada nesta investigação e como está estruturado este trabalho de investigação aplicada.

1.2. Enquadramento da Investigação

Esta investigação tem o intuito de analisar qual foi “O Papel da Guarda Nacional Republicana durante a Grande Guerra”.

Pretende-se, então, analisar de que modo a Guarda Nacional Republicana foi afetada pela atuação de Portugal na Primeira Guerra Mundial. No fundo, com este trabalho

pretende-se investigar de que modo as decisões políticas, neste período, vão alterar o comportamento da GNR e de que modo é que as vicissitudes da época influenciaram os modos de atuação e os modos de estar desta força de natureza militar. Com vista a dar cumprimento às nossas metas decidimos delimitar o estudo no espaço temporal em que decorreu a primeira guerra (1914-1918). Como este trabalho tem um limite de cinquenta páginas e como o período para o conceber não é tão longo como gostaríamos, delimitámos ainda o nosso estudo somente à atuação da GNR em Portugal e em França para que a investigação não se tornasse demasiado ambiciosa.

Desta feita poderíamos abordar imensos temas, contudo de modo a alcançarmos os objetivos a que nos propusemos resolvemos investigar e analisar os quadros orgânicos e as alterações que a GNR foi sofrendo durante a guerra, bem como, analisar e investigar o Corpo Expedicionário Português (CEP) já que este foi constituído por militares pertencentes à GNR.

1.3. Justificação do Tema

A escolha de um problema de investigação não é uma tarefa fácil, já que este processo carece de uma constante e responsável meditação por parte do investigador. Como refere a NEP 520/2ª (Academia Militar, 2013), a primeira etapa de um trabalho desta natureza tem por base a escolha de uma Área Científica que suscite interesse ao investigador para assim poder enunciar o seu problema, ou seja, aquilo que realmente pretende e ache pertinente ser investigado. Desta feita, o tema escolhido para uma investigação alude ao facto que se deseja provar ou desenvolver e que deve ser escolhido fundamentalmente de acordo com os interesses do investigador e a pertinência do assunto. Esta escolha deve ter em conta um conjunto de fatores, nomeadamente a pertinência do assunto, recursos que existem para fazer o estudo e o interesse que o investigador tem no mesmo.

A escolha deste tema visa o estudo de dados/factos históricos que tenham pertinência e que ainda não tenham sido abordados com alguma profundidade. Como no ano transato (ano que em tivemos de escolher a temática que iríamos abordar), foi o ano do centenário da grande guerra e como ainda existiam poucos estudos nesta área decidimos analisar e investigar qual foi “O Papel da Guarda Nacional Republicana durante a Grande Guerra”.

Assim, revelou-se aliciante examinar o papel da GNR neste período histórico, já que a GNR teve um papel importante na manutenção da ordem e da segurança interna do país, bem como muitos dos militares da GNR foram ainda empenhados na área da retaguarda do CEP.

1.4. Objetivo Geral e Objetivos Específicos

O objetivo geral desta investigação é, saber de que modo a guerra alterou esta nova instituição, e que contributo a GNR deu para que Portugal conseguisse ultrapassar as diversas adversidades a que o nosso país esteve submetido durante o período de 1914-1918. Deste modo, os objetivos específicos resultaram assim do objetivo geral com vista a responder à questão de partida por nós formulada, bem como às Questões de Investigação. Desta feita os objetivos específicos deste trabalho de investigação aplicada são os seguintes:

- Analisar como é que as decisões políticas vão alterar o comportamento da GNR.
- Identificar como era a atuação da GNR aquando das diversas crises, ajuntamentos, greves, entre outras situações, a que o país esteve exposto durante a guerra.
- Identificar a alteração que a GNR sofreu a nível orgânico (quadros e comandos).
- Analisar se a intervenção da GNR foi simplesmente a nível interno.

1.5. Questão Central e Questões de Investigação

Para darmos início à nossa investigação formulámos a seguinte Questão Central: “*O que mudou na GNR com a guerra e porquê?*”.

Decorrentes da pergunta de partida derivam as seguintes Questões de Investigação:

- Questão de Investigação (1): “*Que alterações sofreu a GNR ao nível organizacional?*”;

- Questão de Investigação (2): “*De que modo a GNR esteve presente na Grande Guerra?*”;

- Questão de Investigação (3): “*Qual foi o contributo que a GNR veio dar a Portugal durante a Grande Guerra?*”.

1.6. Metodologia Adotada

Este trabalho de investigação aplicada estrutura-se em duas partes fundamentais, sendo a primeira reservada ao enquadramento teórico necessário à obtenção de um conjunto de conceções e pressupostos inerentes à nossa problemática, e a segunda dedicada à investigação realizada, onde serão apresentadas as questões de investigação, as variáveis em estudo e os instrumentos utilizados na colheita de dados. Tendo em conta as características do estudo, este, tem por base uma dimensão de tipo bibliográfica acerca de um fenómeno sobre o qual pretendemos adquirir conhecimento e clarificá-lo, “O Papel da Guarda Nacional Republicana durante a Grande Guerra”. De modo a conseguirmos concluir o nosso estudo com sucesso pretendemos recolher e analisar os dados/factos históricos com relevância para a nossa investigação. Desta feita para a recolha e análise dos dados/factos em questão utilizámos testemunhos reais da época em questão, bem como ordens à Guarda, obras publicadas sobre o assunto, anuários da GNR, legislação da altura e muitas outras obras e factos importantes que considerámos ser o que melhor se adequa às características da nossa investigação.

Com vista a obedecer a todos os quesitos propostos pela Academia Militar (AM) este estudo segue as orientações dadas por esta instituição através da Norma de Execução Permanente (NEP) NEP 520/2ª/29ABR13/AM, seguindo, igualmente, em caso de omissão, as normas American Psychological Association 6.ª edição, por remissão do ponto 4.a. do Anexo F.

1.7. Estrutura do Trabalho

Este trabalho de investigação encontra-se dividido em seis capítulos. O presente capítulo define o enquadramento teórico que foi desenvolvido nesta investigação.

O segundo capítulo desenvolve a metodologia adotada e define os demais procedimentos utilizados para que a realização do estudo fosse possível.

Por sua vez, o terceiro capítulo aprofunda os antecedentes desta força policial de cariz militar e demonstra como esta força surgiu.

O quarto capítulo serve para enquadrar e demonstrar quais as razões que levaram ao começo do conflito e como Portugal conseguiu passar a ter parte ativa nesta contenda. Por

último, neste capítulo decidimos analisar a situação económica e social de Portugal, que nos vai ser útil para compreender o capítulo quinto.

O quinto capítulo analisa qual o contributo que a GNR veio dar a Portugal durante a Guerra, de que modo a GNR esteve presente no conflito e que alterações esta força sofreu a nível organizacional.

Por fim, teceram-se então as “Conclusões e Recomendações” onde a Questão Central da Investigação é respondida, bem como todas as questões de investigação que visam dar resposta a todos os objetivos específicos.

Capítulo 2

Metodologia e Procedimentos

2.1. Generalidades

O carácter da investigação e o âmbito de estudo da mesma são determinantes na escolha da metodologia mais adequada a ser aplicada. No nosso caso, decidimos enveredar por uma investigação histórica com uma dimensão de tipo bibliográfica acerca de um fenómeno sobre o qual pretendemos adquirir conhecimento e clarificá-lo.

2.2. Método de Abordagem ao Problema e Justificação

Para Oliveira (Oliveira, 2005, p. 28), o conceito de metodologia não é mais que o “processo onde se aplicam diferentes métodos, técnicas e materiais (...) para a coleta de dados no campo”. No fundo, este conceito é assim “uma forma de progredir em direção a um objetivo” (Raymond & Campenhoudt, 2008, p. 25). Deste modo, para a realização desta investigação decidimos enveredar pelo método histórico. Que como refere (Sarmiento, 2013, p. 5) , este, é um método que “analisa os fenómenos ou processos em estudo, atendendo à datação, à constituição, ao desenvolvimento, à formação e às consequências do fenómeno.”. Existem diversos caminhos que levam ao conhecimento científico, para a realização deste trabalho optámos por seguir e utilizar o modelo concebido e pensado por Raymond & Campenhoudt (2008). Este modelo é assim constituído por “três atos e sete cenas” (Raymond & Campenhoudt, 2008, p. 26) que devem ser seguidas dinamicamente e não sequencialmente. Deste modo os “atos” em questão são a rutura, a construção e a verificação. A rutura é constituída por três etapas: a formulação da pergunta de partida, a exploração onde o investigador irá encontrar a melhor forma de abordar o problema e onde poderá chegar à conclusão que tem de reformular a

pergunta de partida tendo em conta as explorações que fez, e por último a problemática onde se decide qual a perspetiva/abordagem a adotar de modo a tratar a questão enunciada pela pergunta de partida (Raymond & Campenhoudt, 2008). Na construção integram as seguintes etapas: a problemática¹ e a construção do modelo de análise que é constituído por “conceitos e hipóteses estreitamente articulados entre si para, em conjunto, formarem um quadro de análise coerente” (Raymond & Campenhoudt, 2008, p. 150). A verificação é assim o último ato e é constituído por três etapas: a observação, onde iremos recolher os dados e informações para uma posterior análise na etapa seguinte; a análise de informação onde as hipóteses e os conceitos vão ser analisados e confrontados com os dados que foram observados até então; e a conclusão que vai comportar os resultados obtidos “pondo em evidência os novos conhecimentos e as evidências práticas” (Raymond & Campenhoudt, 2008, p. 279). Apresentamos a seguir um exemplo de modo a que a explicação sobre o método que nós utilizamos fique de uma perceção mais facilitada:

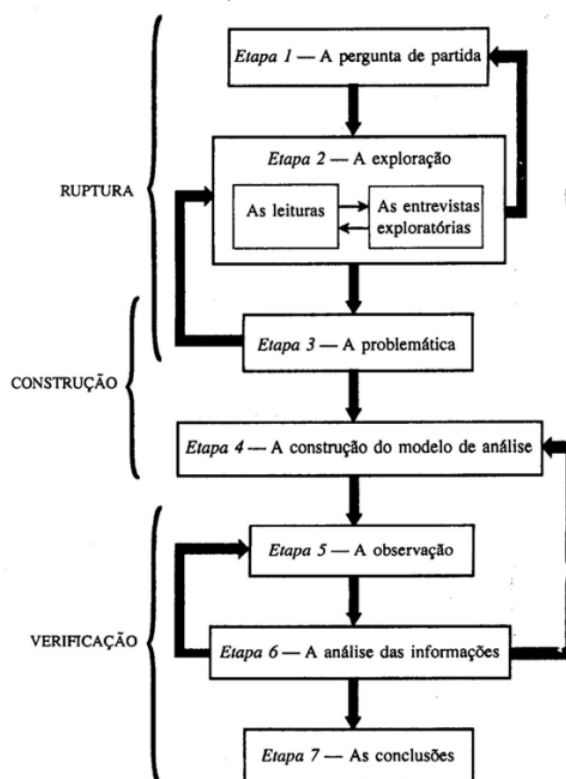


Figura n.º 1 – Modelo Científico de Raymond & Campenhoudt.

Fonte: (Raymond & Campenhoudt, 2008, p. 25).

¹ Última etapa da fase de rutura.

2.3. Técnicas, Procedimentos e Meios Utilizados

Esta investigação iniciou-se com a pesquisa documental respeitante à temática em estudo e posterior reflexão e tratamento dos factos e dados recolhidos. O local do Trabalho de Campo da investigação científica decorreu sobretudo na Biblioteca do Arquivo Histórico da GNR, na Biblioteca Nacional, na Biblioteca da Academia Militar, nos arquivos da Unidade de Segurança e Honras de Estado, no Arquivo Histórico Militar e nos arquivos da Torre do Tombo.

Do enorme património documental utilizado nesta investigação seleccionámos como fontes primárias² pertinentes e essenciais o Anuário de Guarda de 1922³, as Ordens à Guarda⁴ e os Diários do Governo da época em questão. Estas foram as fontes elegidas devido ao facto de serem as fontes de onde conseguimos recolher dados e factos importantes com maior credibilidade. Ao analisarmos estas fontes primárias fomos levantando referências temporais no tempo e no espaço, o que nos permitiu investigar e recolher notícias de alguns jornais da altura ajudando-nos assim a perceber como era a compostura política, cultural, social e institucional da época em questão.

Depois de efetuada toda a pesquisa bibliográfica, foram recolhidos os factos, informação e conhecimentos necessários e pertinentes para conseguirmos responder às perguntas de investigação e à pergunta de partida.

² “Os dados primários que foram obtidos para satisfazer expressamente as necessidades informativas do investigador e/ou da organização, passam a secundários quando utilizados por terceiros” (Sarmento, 2013, p. 10).

³ Já que este é o primeiro a ser realizado e contém informação e dados relativos desde 1910.

⁴ As Ordens à Guarda são documentos administrativos do Comando da Guarda Nacional Republicana publicados e difundidos de uma forma periódica não regular pela Secretaria-Geral do Comando-Geral depois de assinados pelo 2.º Comandante-geral da Guarda Nacional Republicana.

Capítulo 3

Enquadramento Histórico

3.1. Generalidades

Antes de nos debruçarmos na nossa problemática decidimos realizar uma breve descrição dos factos, antecedentes, conjectura atual e estado da nação portuguesa antes de 1914. Para isso decidimos numa primeira fase investigar quais os antecedentes da GNR visto que esta era uma força ainda embrionária. Assim sendo, os subcapítulos seguintes resultaram do facto de querermos que ficasse esclarecido quais os antecedentes desta nova força. De modo a ir ao encontro deste objetivo, os subcapítulos que se apresentam são os seguintes: subcapítulo 3.2. Antecedentes da Guarda Nacional Republicana, subcapítulo 3.3. O Nascer Da Guarda Nacional Republicana e subcapítulo 3.4. Situação Política do País.

3.2. Antecedentes da Guarda Nacional Republicana

A segurança das populações e a manutenção da ordem e da tranquilidade públicas sempre estiveram presentes na história da humanidade. Como refere Andrade (2011), as primeiras instituições nacionais que tinham a finalidade de exercer funções policiais foram o Corpo de quadrilheiros que, “inicialmente estava sob a responsabilidade direta do Condestável de Portugal.” (Andrade, 2011, p. 8). Embora estas forças policiais tivessem sido criadas por volta de 1383-1385, só algumas centenas de anos mais tarde, por volta de 1801 é que Pina Manique cria então a Guarda Real da Polícia de pé e de cavalo (Botelho, 1949). Esta força foi criada pelo Decreto de 10 de dezembro de 1801 e foi criada “à imagem da gendarmerie francesa” (Andrade, 2011, p. 8), ou seja, esta é uma força de cariz militar, em que os seus efetivos são militares. Sendo esta uma força militar com funções policiais o seu primeiro comandante foi um militar, o Tenente Coronel Jean Victor, Conde

de Novion. Esta força tinha assim a função de manter a tranquilidade pública e de zelar pela segurança da capital. Para que a sua missão fosse cumprida com sucesso, esta era formada pelos melhores soldados do exército até aos 30 anos de idade (Botelho, 1949). Esta instituição criada recentemente, a Guarda Real da Polícia, integrava na sua constituição os Guardas Barreiras, os antecessores da Guarda Fiscal (força que foi criada em 1885) e elementos pertencentes à Guarda Real de Polícia do Mar (força que durou até 1816).

Devido à revolução liberal que decorreu na cidade do Porto em 1820 houve a necessidade de criar um corpo policial que desempenhasse o mesmo papel da Guarda Real da Polícia de Lisboa mas na cidade do Porto. Decorrente deste facto, em 1924, é criada então a Guarda Real da Polícia do Porto, de modo a por cobro a possíveis situações como esta. O comandante desta força passaria assim a ser o tenente-coronel José Leite Barredo. Embora estas forças tivessem sido criadas recentemente como refere Andrade, (2011), a guerra civil pela qual o país atravessou levou à extinção destas duas novas forças em 1834. Contudo ainda nesse ano foi criada a Guarda Municipal de Lisboa e um ano mais tarde é criada a Guarda Municipal do Porto. Em 1885 ocorre uma reorganização no exército ficando assim determinado que o comandante geral destas Guardas Municipais passaria a ser um oficial general do exército em que o comando geral destas guardas ficava sediado no Quartel do Carmo em Lisboa, contudo como iremos demonstrar a seguir, a República levou à extinção destas forças policiais, Andrade, (2011).

Viviam-se tempos conturbados, estávamos certamente perante uma crise política já que com o assassinato do Rei D. Carlos verificou-se “uma notável ascensão do partido republicano” (Telo, 2010, p. 99). Dá-se então o 5 de outubro e “acaba a Monarquia sem Monárquicos” (Telo, 2010, p. 144) já que D. Manuel II feriu de morte a monarquia pela maneira como tentou governar o povo português. É então no dia 12 de outubro de 1910, com o Decreto de 1910, de 12 de novembro, que existem os primeiros relatos de uma possível criação de um corpo de segurança pública para todo o país denominado “Guarda Nacional Republicana”. Neste diário do governo está então previsto que se estinguam as Guardas Municipais (GM)⁵ de Lisboa e do Porto. “Em virtude do decreto de 12 do corrente é hoje extinta a guarda municipal de Lisboa pelo que são abatidos todos os oficiais e mais praças que pertenciam à referida guarda. Pelo decreto de 12 do corrente é organizada a

⁵ As guardas Municipais de Lisboa e do Porto eram as antecessoras da GNR.

Guarda Republicana (GR) pelo que têm passagem à referida guarda os oficiais e praças da extinta Guarda Municipal de Lisboa” Decreto de 1910, de 12 de novembro.

Aquando desta extinção fica prevista a criação de uma comissão com o objetivo de criar a Guarda Nacional Republicana. Tendo em conta que as Guardas Municipais estavam ligadas à Monarquia são então criadas provisoriamente as Guardas Republicanas de Lisboa e do Porto até que a comissão trabalhe no sentido de ser instaurada a GNR. Deste modo o General Ernesto da Encarnação Ribeiro⁶, um dos elementos pertencentes a esta comissão, é nomeado por escolha para ser o novo comandante das Guardas Republicanas⁷.

As Guardas Republicanas de Lisboa e do Porto eram assim provisórias tendo herdado das Guardas Municipais os quartéis, equipamento, armamento; no fundo ficaram com todo o património pertencente às antigas Guardas Municipais, tendo esta nova instituição, continuado a ser uma força de cariz militar que era regulamentada pelo Código de Justiça Militar e pelo Regulamento de Disciplina do Exército (Póvoa, 2013). Esta nova força continuou a depender do ministro do interior⁸ e passaria a ser comandada por um General de Brigada em que o comandante da mesma passaria a ser denominado por Comandante Geral da Guarda Republicana⁹. Dias mais tarde após o governo ter decretado a criação das Guardas Republicanas, este emana um decreto com a aprovação do plano de uniformes da Guarda Republicana¹⁰. Os uniformes continuariam então com as características principais da antiga Guarda Municipal, o que foi alterado foi a cor do uniforme que passou de vermelho¹¹ para verde, cor que ainda hoje se mantém (Andrade, 2011).

Neste tempo os requisitos para ingressar, como praça, na Guarda Republicana eram os seguintes: ter prestado pelo menos seis meses de serviço como praça no exército e estar na classe de bom comportamento, ter até a data idade superior a vinte anos, possuir robustez necessária para o serviço e boa aparência militar. No momento de ingresso os soldados eram escolhidos preferencialmente pelas habilitações literárias que possuísem e se aquando do recrutamento não se completassem as vagas por não existir um número suficiente de voluntários eram transferidas praças do exército para a Guarda Republicana respeitando apenas o quesito de terem pelo menos seis meses de serviço já que prestariam o restante tempo de serviço na nova instituição a que passavam a pertencer. Em relação ao

⁶ Militar do exército mais graduado envolvido na preparação do 5 de Outubro.

⁷ Cfr. Anexo A – Comandantes Gerais da GNR desde 1911 a 1921.

⁸ Anuário da Guarda Nacional Republicana de 1922.

⁹ Cfr. OSGR n.º 4/ 1910, de 1 de novembro.

¹⁰ Cfr. OSGR n.º 4/ 1910, de 1 de novembro.

¹¹ Cor de diferenciação dos uniformes da antiga Guarda Municipal.

preenchimento das vagas relativo aos postos de sargento e cabo, estes eram recrutados por militares do exército e da armada que estivessem na condição de bom comportamento, que não tivessem idade superior a trinta anos, que apresentassem boa robustez física para o serviço e boa aparência militar. Quanto à classe de oficiais verificava-se uma situação diferente visto que os oficiais que ocupavam as funções de comando na altura serviam nas fileiras do exército e eram nomeados sob “proposta do comandante geral e com a aprovação do Ministério do Interior e aquiescência do Ministério da Guerra” (Póvoa, 2013, p. 40). Em relação ao efetivo a GR não sofreu grandes alterações tendo apenas menos 115 homens e 27 cavalos do que a sua antecessora. Assim sendo, com a criação da GR os efetivos passariam assim de 2256 militares para 2141 e de 415 cavalos para 388 como podemos comprovar com o quadro seguinte:

Distribuição	Homens	Cavalos
Comando-Geral da Guarda Republicana	2	3
Guarda Republicana de Lisboa		
Estado-Maior	10	5
Estado-Menor	45	
Tropas de cavalaria (3 esquadrões a pelotões)	333	282
Tropas de infantaria	960	
	<i>Subtotal</i>	<i>287</i>
Guarda Republicana do Porto		
Estado-Maior	7	4
Estado-Menor	33	
Tropas de cavalaria	111	94
Tropas de infantaria	640	
	<i>Subtotal</i>	<i>98</i>
	<i>Efetivo total</i>	<i>388</i>

Figura n.º 2 – Constituição dos Efetivos e Organização das Guardas Republicanas em 1910.

Fonte: (Póvoa, 2013, p. 54).

3.3. O Nascer da Guarda Nacional Republicana

Após alguns meses de trabalho pela comissão¹², o governo provisório emana um decreto publicado no Diário do Governo¹³ criando assim a GNR e decretando a extinção da Guarda Republicana. Resultante do Decreto com força de Lei n.º103/1911, de 3 de maio é assim “organizado um corpo especial de tropas para velar pela segurança pública, manutenção da ordem e proteção das propriedades públicas e particulares em todo o país que se denominará Guarda Nacional Republicana”. Este Decreto vem ainda no seu prólogo

¹² Cfr. Subcapítulo 3.2 Antecedentes da Guarda Nacional Republicana.

¹³ Cfr. Decreto – Lei de 1911, de 3 de maio.

e no seu artigo 81º afirmar que a intenção desta força ter sido criada era acabar com as polícias municipais que existiam pelas capitais de distrito e juntá-las a todas numa única polícia nacional, passando esta a ser a primeira força de segurança nacional. “À medida que se forem organizando os batalhões da Guarda Nacional Republicana serão extintos os diversos corpos de Polícia Civil nos distritos em que se tornem dispensáveis...” artigo 81.º do Decreto – Lei n.º103/1911, de 3 de Maio. No entanto este facto não se chegou a consumir porque nos dias de hoje em Portugal está presente um modelo dualista de polícia fruto de em 1913 o Comandante Geral do GNR não ter demonstrado interesse em agregar as polícias, que tinham um carácter civil, à GNR. Como esta união não se chegou a consumir continuou-se assim com um modelo dualista, em que a GNR era uma *gendarmérie* rural e de reserva da ordem pública tendo ficado os corpos de polícia, constituídos por elementos civis, com polícias urbanas (Cezerales, 2011).

Este decreto vem assim regulamentar toda a organização da GNR quer ao nível de meios, de efetivos, de promoções, entre outros¹⁴, no fundo vem republicar a orgânica da GNR. Fica então previsto que a Guarda fica com uma dupla dependência, por um lado fica dependente do Ministro do Interior para assuntos relacionados com a sua administração, polícia e assuntos disciplinares; e por outro lado fica dependente do Ministro da Guerra em situações de guerra e em situações em que os militares ficassem sujeitos ao Código do Processo Criminal Militar¹⁵. Como esta força era constituída por militares, o legislador aquando a sua criação decidiu por bem que os militares que a constituíssem deveriam ter os mesmos direitos e deveres dos militares da exército e da armada.

Este decreto com força de Lei vem assim manter o antigo comandante das Guardas Republicanas (General Ernesto da Encarnação Ribeiro) como o comandante da GNR.

Em relação ao recrutamento nada mudou visto que os oficiais que desempenhavam serviço na GNR provinham do exército. Estes eram nomeados por um acordo mútuo entre o Ministro da Guerra e o Ministro do Interior sobre proposta do Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana¹⁶. O recrutamento das praças era feito pela transferência de efetivos do exército e da marinha que obedeciam a



Figura n.º 3 – General Encarnação Ribeiro, Comandante da GNR.

Fonte: Jornal A Capital, 3 de Maio de 1911.

¹⁴ Cfr. Decreto – Lei de 1911, de 3 de maio.

¹⁵ Cfr. Decreto – Lei de 1911, de 3 de maio.

¹⁶ Cfr. Art.º 14.º do Decreto – Lei de 1911, de 3 de maio.

certos quesitos: os militares tinham de saber ler e escrever, bem como possuir robustez física e idade compreendida entre os vinte e dois e os trinta e cinco anos de idade¹⁷. Consideramos importante salientar que as praças quando entravam para a GNR não ficavam efetivas, situação que ocorre nos dias de hoje na GNR, estas por sua vez eram submetidas a contratos de três anos que começavam a contar desde a data do ingresso. No fim do contrato, estas para poderem voltar a integrar no serviço necessitavam de possuir uma condição física que fosse conveniente para efetuar o serviço e a outra condição era terem tido um bom comportamento nos últimos três anos. Se conseguissem cumprir esses quesitos poderiam então prestar serviço por mais três anos. Vem ainda consagrado no Decreto - Lei de 1911, de 3 de maio que aos militares que demonstrassem ser possuidores de um bom comportamento podia-lhes ser concedida a opção de continuarem ao serviço por tempo indeterminado.

No que toca a vencimentos a situação era um pouco diferente das restantes forças militares instituídas no país. O vencimento dos oficiais da GNR era superior ao vencimento dos oficiais do exército. O vencimento das praças por outro lado não era igual ao das praças do exército, era superior. Segundo Póvoa, (2013) a finalidade era “criar estímulos para o recrutamento e dispor de um corpo militarizado, senão bem pago, pelo menos melhor pago que o comum dos militares que prestavam serviço no exército e na armada”. Logo, esta situação era assim um incentivo para que os cidadãos se alistassem na GNR com vista a preencher a falta de efetivos que existiam.

Ficou em decreto que com a criação desta nova força, de cariz militar, o governo da altura iria assim confiar à GNR a complicada missão de manter a ordem e a tranquilidade pública, visto que neste período o nível de violência por parte da população era elevado devido às vagas de assaltos, greves e manifestações que ocorriam com grande frequência. Um facto que comprova esta situação é mesmo o que se pode ler no Preâmbulo do Decreto – Lei de 1911, de 3 de maio “Outro não menor inconveniente da falta de um corpo de polícia rural é o emprego constante das forças do exército nesse serviço eventualmente para acudir a um ou outro ponto onde a ordem tenha sido alterada sem que, todavia, o serviço prestado por essas forças satisfaça cabalmente, como é óbvio, por falta de instrução adequada.”. Para esta feita, a sua zona de ação comparativamente com as guardas municipais foi aumentada, ou seja, de modo a fazer face às necessidades da população e da

¹⁷ Cfr. Art.º 17.º do Decreto – Lei de 1911, de 3 de maio.

república instaurada recentemente, o seu espectro de atuação foi alargado para o interior do país.

No fundo o Governo tinha intenção de substituir os corpos policiais dos distritos pela GNR¹⁸, organizando a GNR da seguinte forma: era constituída pelo comando geral sediado em Lisboa e pelas respetivas tropas da guarda, constituídas estas últimas por um esquadrão de cavalaria; e repartiu Portugal continental em seis divisões territoriais e por duas companhias nas ilhas, uma na Madeira e outra nos Açores. O que segundo Santos, (1999) não foi fácil de realizar, levando a que esta força se concentrasse numa primeira fase nas grandes cidades¹⁹ e numa fase posterior que se alastraria por todo o território nacional²⁰.

Por último e para fechar este subcapítulo acabamos por falar da origem dos números de matrícula fazendo assim uma ressalva de informar que os militares passaram a utilizar um número que os identificasse ainda em 1911 vejamos o que diz na OSGNR n.º 3/1911, de 8 de maio: “A partir do dia 16 do corrente mês deverão todas as praças incorporadas na Guarda Nacional Republicana ser designadas em todos os documentos oficiais pelos novos números de matrícula”.

3.4. Situação Política do País

Desde os tempos da sua criação Portugal vivia sobre um regime monárquico. É então que a 1 de fevereiro de 1908 se dá o regicídio do Rei D. Carlos e do seu filho (o Príncipe Real D. Luís Filipe), dando-se assim um dos primeiros passos no sentido de caminhar para a instauração da República. Existem diversos motivos e inúmeras possibilidades para a revolução de 5 de outubro. Os anos anteriores à instauração da República foram períodos conturbados, sobretudo devido ao facto de o país estar sobre fortes pressões da Inglaterra por esta ter interesse nas colónias portuguesas, devido aos gastos da família real, à instabilidade política e social, ao sistema de alternância de dois partidos no poder, aos progressistas e aos regeneradores e à ditadura de João Franco. Desta feita é assim negado ao governo presidido por João Franco, a continuidade de prosseguir com a sua demanda e por conseqüente é instaurado um novo governo presidido pelo

¹⁸ Cfr. Decreto – Lei n.º103/1911, de 3 de maio.

¹⁹ Entenda-se Lisboa e Porto.

²⁰ Cfr. Subcapítulo 5.1 Organização Da Guarda Nacional Republicana 1911-1919.

Almirante Ferreira do Amaral, tentando repor a tranquilidade pública e a confiança na monarquia. Portugal passava por momentos conturbados, por outro lado D. Manuel não consegue manter os laços e criar um sentimento de confiança na população e sobretudo sobre os militares. Devido a todos estes factos, e à grave crise social e económica que se fazia sentir, o Partido Republicano Português (PRP) e a Carbonária vão alimentando a conspiração republicana, no que resulta na queda da Monarquia e na implementação da República.

É então que no dia 5 de outubro de 1910 é proclamada a República por José Relvas e é nomeado o governo provisório presidido pelo professor Teófilo de Braga. A república vem assim trazer algumas mudanças desde “erradicar símbolos e apanágios do regime deposto” (Rosas & Rollo, 2009, p. 94), temos como exemplo disso o facto de se ter abolido o concelho de Estado e da Câmara dos Pares, os títulos honoríficos e os direitos pertencentes à nobreza, por outro lado vem trazer algumas inovações com a adoção da nova bandeira e do hino nacional; bem como a extinção das GM, criando assim a Guarda Republicana²¹. Dentro das inúmeras alterações que vieram com o novo regime consideramos importante realçar o facto de o Ministro do Interior ter definido que o Código Administrativo de 1878 voltaria a vigorar com algumas ressalvas. O governo provisório presidido pelo professor Teófilo de Braga vem também trazer algumas novas medidas e reestruturações. Este Governo vem assim laicizar o Estado²², promulgar uma nova constituição e estabelecer a Lei do Registo Civil, onde vem descrito a obrigatoriedade de todas as pessoas se inscreverem no registo civil, no fundo, com esta lei todas as pessoas passariam a estar obrigadas a dar conhecimento ao Estado de casamentos, nascimentos e óbitos que ocorressem, Rosas & Rollo, (2009). As greves e manifestações que decorrem ao longo da Primeira República demonstram e dão-nos a conhecer a instabilidade pelo que o regime estava a passar, bem como os governos da altura já que alguns destes tem a duração de apenas alguns dias. Vejamos a tabela seguinte que demonstra o número de governos e de presidentes da República de 1910 a 1919:

²¹ Cfr. Subcapítulo 3.2. Antecedentes da Guarda Nacional Republicana.

²² Cfr. Lei de Separação da Igreja e do Estado de 20 de abril de 1911.

1 — Teófilo Braga	5-X-1910	a	3-IX-1911
2 — João Chagas	3-IX-1911	a	12-XI-1911
3 — Augusto de Vasconcelos	12-XI-1911	a	16-VI-1912
4 — Duarte Leite	16-VI-1912	a	9-I-1913
5 — Afonso Costa	9-I-1913	a	9-II-1914
6 — Bernardino Machado	9 -II-1914	a	23-VI-1914
7 — Bernardino Machado	23-VI-1914	a	12-XII-1914
8 — Vítor Hugo de Azevedo Coutinho	12-XII-1914	a	25-I-1915
9 — Joaquim Pimenta de Castro	25-I-1915	a	14-V-1915
Junta Revolucionária	14-V-1915	a	15-V-1915
João Chagas (não tomou posse)	15-V-1915	a	17-V-1915
10 — José de Castro	17-V-1915	a	18-VI-1915
11 — José de Castro	18-VI-1915	a	29-XI-1915
12 — Afonso Costa	29-XI-1915	a	15-III-1916
13 — António José de Almeida	15-III-1916	a	25-IV-1917
14 — Afonso Costa	25-IV-1917	a	8-XII-1917
Junta Revolucionária	8-XII-1917	a	11-XII-1917
15 — Sidónio Pais	11-XII-1917	a	14-XII-1918
16 — João do Canto e Castro	14-XII-1918	a	23-XII-1918
17 — João Tamagnini Barbosa	23-XII-1918	a	7-I-1919
18 — João Tamagnini Barbosa	7-I-1919	a	27-I-1919
19 — José Relvas	27-I-1919	a	30-III-1919
20 — Domingos Pereira	30-III-1919	a	29-VI-1919
21 — Alfredo Sá Cardoso	29-VI-1919	a	15-I-1920
Francisco Fernandes Costa (não tomou posse)	15-I-1920	a	16-I-1920
Alfredo Sá Cardoso (reconduzido)	16-I-1920	a	21-I-1920
22 — Domingos Pereira	21-I-1920	a	8-III-1920
23 — António Maria Baptista	8-III-1920	a	6-VI-1920

Figura n.º 4 – Presidentes dos Ministérios e Respetiva duração dos Governos.

Fonte: (Marques A. H., [s.d.], p. 185).

No fundo podemos concluir que neste lapso temporal o regime não apresentava uma estrutura sólida, ou seja, os governos tinham um período de vigência reduzido o que contribuía para a instabilidade que se estava a sentir.

Esta jovem república fez com que as fações políticas se dividissem, o que noutros tempos se via uma frente política organizada contra a monarquia, neste momento já não podemos afirmar que o mesmo se passava. Com a instauração da república, o partido republicano português que outrora estava unido contra a monarquia fragmentou-se em três frentes diferentes. O partido Liderado por Brito Camacho (Partido Unionista) que era apoiado pela alta burguesia e pelos latifundiários; o partido liderado por António José de Almeida (Partido Republicano Evolucionista) que era apoiado pela média burguesia; e o Partido Republicano Português (Partido Democrático) liderado por Afonso Costa e que reunia o maior apoio por parte da pequena e média burguesia. Deste modo, estas fações foram sempre tendo as suas quezílias até ao momento da entrada de Portugal na guerra já que com este acontecimento os focos alteraram-se e a grande preocupação passou a ser a Grande Guerra.

Capítulo 4

Portugal Na Guerra

4.1. Generalidades

Este capítulo serve para realizar uma breve descrição dos factos sobre a Grande Guerra, sobre o porquê e os motivos que levaram Portugal a ser um país beligerante. Faremos também um enquadramento da situação económica e Política/Social do país durante a Grande Guerra. De modo a ir ao encontro deste objetivo, os subcapítulos que se apresentam são os seguintes: subcapítulo 4.2. Enquadramento Grande Guerra 1914-1918, subcapítulo 4.3. Participação Portuguesa na Guerra, subcapítulo 4.4. Situação Política/Social do País e subcapítulo 4.5. Situação Económica.

4.2. Enquadramento Grande Guerra 1914-1918

A Primeira Guerra Mundial ou Grande Guerra como é denominada por vários autores decorreu durante o ano de 1914 a 1918 e foi um dos acontecimentos mais marcantes do século XX. O teatro internacional estava a passar por diversas mudanças e era notório que existia uma imensa concorrência comercial entre as grandes potências e uma enorme rivalidade, já que, todos os grandes atores no sistema internacional tinham a ambição de exercer o domínio dos territórios do continente Africano. O continente europeu continuava assim a ser o “principal bloco a exercer influência preponderante” (Rita, 2013, p. 17) no teatro internacional, contudo os Estados Unidos da América (EUA) e o Japão estavam a começar a ganhar peso o que levava a que os conflitos europeus²³ comessem a ser motivo de preocupação por todo o mundo. O facto de os países se começarem a

²³ Devido à existência das inúmeras tensões e rivalidades entre as grandes potências europeias (como França, Inglaterra e Alemanha). No que resultava numa disputa acesa pela hegemonia dos mercados e dos territórios pelos diversos pontos do globo.

aperceber de que os seus homónimos²⁴ estavam a concorrer para os mesmos objetivos levou a que existisse um conflito de interesses no cenário mundial. Deste modo conseguimos assim perceber o porquê do interesse dos mesmos em aumentar o seu poderio bélico²⁵. Para além desta corrida ao armamento as nações decidiram formar alianças umas com as outras adquirindo assim uma salvaguarda para uma possível beligerância. Assim sendo, a Europa ficou dividida em dois grandes grupos, por um lado a Tríplice Aliança, formada em 1882, constituída pela Alemanha, a Áustria-Hungria e a Itália; e por outro lado a Tríplice Entente que tem por base a Entente Cordiale²⁶, que se opunha à expansão alemã. Esta aliança vem receber numa fase posterior a adesão da Rússia formando então a Tríplice Entente (Bilbert, 2007).

Fruto das políticas imperialistas²⁷ das nações europeias e das rivalidades que existiam sobre as colónias no continente africano a Europa vai passando assim por várias crises até que uma delas faz com que se desencadeie assim a Grande Guerra. Esta guerra inicia-se com o assassinato do arquiduque Francisco Fernando “que era o herdeiro presumível do trono austríaco” (Rita, 2013, p. 20), tendo os assassinos, neste atentado, morto também a sua esposa. Este incidente ocorreu em Sarajevo, na Bósnia, a 28 de junho de 1914 e como o indivíduo que cometeu o ato criminoso era um jovem de nacionalidade sérvia o império austro-húngaro declarou guerra à Servia, sendo assim este o facto que veio acabar com a paz que se vivia na Europa dando-se início ao primeiro grande conflito mundial. Perante estes factos, a Rússia com receio de que a Alemanha pudesse vir a ter uma parte ativa no conflito viu-se obrigada a realizar uma mobilização geral de todas as suas tropas. Em contrapartida a Alemanha ao aperceber-se desta situação lança um ultimato à Rússia, com o intuito de fazer com que esta termine com a iniciativa bélica tomada por parte da nação russa.

A 28 de julho de 1914 a Áustria-Hungria cortou relações com a Sérvia e decide bombardear Belgrado, em resposta, Nicolau II ordenou a mobilização geral para fazer frente à Áustria e à Alemanha. A partir destes acontecimentos e fruto dos dois pactos que tinham sido efetuados pelas diversas nações²⁸ a Alemanha declara guerra à França e decide invadir a Bélgica e por consequente o Império Britânico abandona a neutralidade e junta-se

²⁴ Atores com grande peso no teatro internacional.

²⁵ Já que um país com um maior poderio bélico conseguia que os seus objetivos fossem cumpridos mais facilmente, gerando assim um clima de receio e medo nos outros.

²⁶ Acordo assinado entre o Reino Unido e França.

²⁷ Política Imperialista - consiste no facto de os países adotarem uma estratégia de expansão do domínio territorial, cultural ou económico de uma nação sobre outras, ou sobre uma ou várias regiões geográficas.

²⁸ Tríplice Entente e Tríplice Aliança.

à França para combater contra os alemães. Como podemos perceber rapidamente instaurou-se uma crise no seio da Europa e o que no início tinha aspeto de ser apenas uma guerra local rapidamente se alastrou às restantes nações da Europa tendo assim dividido a mesma em dois grandes blocos (Rosas & Rollo, 2009). Este conflito mundial ficou marcado pelo facto de ter sido uma guerra de trincheiras já que as batalhas desenvolveram-se principalmente em trincheiras. Devido a esta situação as batalhas que iam sendo travadas nas diversas frentes do conflito prendiam-se com o objetivo de conquistar pequenos pedaços de território já que durante esta guerra os soldados ficavam muitas vezes centenas de dias entrincheirados. Devido ao facto anterior e às limitações que existiam ao nível sanitário esta guerra também ficou marcada pelas doenças que os soldados contraíam fruto das condições deploráveis pelas quais estes tinham de passar. Outro fator que marcou este conflito foi o facto de se terem utilizado novas tecnologias bélicas como os carros de combate e os aviões.

Só em abril de 1915 é que a Itália decidiu entrar na guerra fruto dos acordos diplomáticos que a França e a Grã-Bretanha realizaram com os italianos. Este não foi o único país que decidiu que teria que ter uma participação ativa na guerra, em 1917 Portugal, a Grécia e os Estados Unidos entraram na beligerância ao lado dos aliados.

Com a entrada dos EUA na guerra é notório que há uma reviravolta por parte dos aliados e o fiel da balança tende a pender para o lado oposto. Deste modo no início do ano de 1918 as forças alemãs ficam isoladas e começam a ficar sem condições logísticas para continuar a fazer frente aos aliados. Perante este facto, a Alemanha vê-se assim forçada a assinar um acordo de paz, denominado de armistício, com os aliados (que saíram vitoriosos do conflito). Este acordo que foi assinado ficou conhecido como o “Tratado de Versalhes” que impôs à Alemanha fortes restrições e punições. Com este tratado surgiram algumas mudanças na Europa, surgiram novas nações como a Checoslováquia, a Polónia e a Hungria fruto do desmembramento do império Austro-Húngaro; a Alemanha viu o seu exército ser desmembrado e reduzido e teve ainda que devolver a região da Alsácia Lorena à França, para além de ter que pagar os prejuízos que advieram da guerra aos países vencedores; a Inglaterra dividiu a sua hegemonia marítima com os Estados Unidos; com o final da guerra deu-se também o surgimento do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha (Bilbert, 2007).

4.3. Participação Portuguesa na Guerra

Como já foi referido anteriormente, Portugal vem de um sistema político assente numa monarquia, contudo com a revolução de 5 de outubro, é instaurada a Primeira República²⁹. Com esta mudança Portugal “assumia-se na conjuntura internacional com bastante fragilidade” (Rita, 2013, p. 23) já que a maioria dos países do continente europeu era regida por regimes monárquicos, em que só a França e a Suíça são repúblicas. Este foi um dos fatores que fez com que Portugal não fosse reconhecido formalmente como um ator no teatro internacional por grande parte dos países europeus. Esta recente república não contraiu apenas problemas a nível externo, ao nível interno também não se viviam grandes tempos e o clima era pesado.

Não foi logo em 1914 que Portugal entrou na guerra, contudo viu-se obrigado a atuar militarmente nas suas colónias já que estas sofreram várias baixas devido aos ataques que a Alemanha lançou a Angola e a Moçambique logo no começo do conflito. Embora se tenham verificado estes factos, o povo português só decidiu entrar na guerra no dia 9 de março de 1916³⁰, tendo até então permanecido como um país neutro à luz do conflito³¹. Embora esta tenha sido uma das principais razões que levaram Portugal a querer desempenhar um papel ativo na Grande Guerra, existem outros motivos que levaram a esta feita. De entre eles gostaríamos de destacar ainda o facto de que a entrada no conflito era uma tentativa de camuflar todos os conflitos internos que se iam vivendo todos os dias. Assim com a entrada na guerra, os governantes conseguiam assim passar uma imagem de coesão e força não só para com a população portuguesa mas também para com os outros países que até então não reconheciam o nosso país como um ator internacional. Com a entrada na guerra, Portugal via assim uma forma de se afirmar a nível mundial e de se aproximar e manter um bom relacionamento com a Inglaterra. Esta ideia estava assim presente na mente de alguns políticos republicanos, dissidentes do Partido Republicano Português ao contrário do que se passava com Monárquicos, Clericais, do Partido Evolucionista, entre outros, que pelo contrário, tinham uma ideia diferente sendo denominados assim de “antiguerristas”. Importa ainda salientar que se desempenhássemos um papel ativo durante esta contenda, impedíamos assim o perigo de sermos invadidos

²⁹ A Primeira República instaurou-se com a revolução de 5 de outubro de 1910 e tem o seu término com o golpe militar de 28 de maio de 1926.

³⁰ Data em que a Alemanha declarou Guerra a Portugal, fruto de o Ministro alemão ter entregado em Lisboa, uma declaração de guerra ao Ministro dos Negócios Estrangeiros Português.

³¹ É importante salientar o facto de Portugal ter enviado expedições militares para África com vista a defender as colónias antes da declaração de Guerra por parte da Alemanha.

pela nossa vizinha Espanha já que esta não “se atreveria a intervir num país que lutava ao lado dos aliados” (Telo, 2010, p. 301). Os republicanos e os dirigentes do partido democrático eram assim a favor de que Portugal entrasse na guerra³², contudo fazer parte ativa da beligerância era uma história diferente porque para que isso acontecesse o nosso país tinha de ser atacado pela Alemanha ou por outro lado teria de existir um pedido por parte dos aliados para que nós entrássemos na guerra ao seu lado. Todavia a Inglaterra tentava a todo o custo opor-se à entrada dos portugueses nesta contenda devido sobretudo ao facto das dificuldades que o nosso país teria em organizar e constituir uma força expedicionária que estivesse pronta a intervir no teatro de guerra. Existem inúmeras razões para que os britânicos tomassem esta posição. Conseguimos entender esta posição se analisarmos o estado das forças armadas portuguesas nesta época, segundo Rita, (2013); Telo, (2010) e Marques I. , (2008) existia uma notória falta de meios materiais e humanos. As reformas militares de 1911 revelaram a sua ineficácia já que o estado não conseguia fazer face às novas exigências que foram surgindo com a guerra. Destacamos sobretudo o facto de as fábricas nacionais não conseguirem produzir armamento e munições em quantidades e qualidade necessárias para equipar o corpo expedicionário que seria enviado para a Flandres. Embora Portugal importasse munições, gado e solípedes à sua vizinha Espanha, a lacuna em relação aos meios não ficava assim resolvida e importar estes artigos aos aliados (Inglaterra e França) não era uma situação plausível visto que estes necessitavam dos meios para combater na frente de batalha. Como referimos *a priori*, o nosso exército não estava só deficitário a nível material, porque no que consta a nível de meios humanos o ambiente não demonstrava ser melhor. A envolvente a nível humano não era a melhor, conseguimos entender este facto sobretudo pelas atitudes de grande parte dos oficiais nesta época, já que estes como conheciam as necessidades e lacunas do exército estavam cientes que entrar numa campanha em França era um erro. Exemplo disso foi o facto de alguns oficiais terem optado em não se empenhar na preparação e instrução das praças que iriam ocupar a linha da frente, não contribuindo assim para que o espírito de corpo fosse nascendo e crescendo no seio dos militares que iriam ser enviados para o conflito.

Se tivermos em conta este último parágrafo escrito por nós, conseguimos entender alguns dos grandes motivos que levaram a que a Inglaterra não fosse a favor da entrada portuguesa na campanha, devido sobretudo ao estado moral e material do nosso exército, à

³² Já que estes acreditavam que se Portugal entrasse na guerra muitos dos nossos problemas acabariam.

situação política e económica que se vivia, no fundo a situação interna portuguesa estava a passar uma das fases mais complicadas de que havia memória. Desta feita, desde o estalar da guerra que os aliados, Inglaterra e França, de tudo faziam para que Portugal não fizesse parte da contenda, preferindo assim que o nosso país desempenhasse apenas um papel de “aliado colaboracionista”, ou seja, que fosse um mero fornecedor de equipamento militar e fosse auxiliando em tudo o que pudesse para ajudar os aliados sem nunca declarar guerra à Alemanha. Ainda que os aliados fossem contra a nossa declaração de guerra, os favores que o povo lusitano ia concedendo aos aliados por inúmeras vezes poderiam ter levado a uma declaração formal de guerra a Portugal por parte da Alemanha. Destacamos assim o facto de Portugal ter permitido o trânsito de tropas inglesas por Moçambique, os navios ingleses eram abastecidos de carvão em portos nacionais, os navios dos aliados estavam autorizados a permanecer em portos nacionais mais tempo do que o normal, infringindo assim os prazos definidos por lei. Apesar de todos estes favores que Portugal foi concedendo aos aliados a Alemanha nunca se sentiu ameaçada e nunca declarou guerra a Portugal, contudo esta situação estava prestes a mudar. Entre estes, outros pedidos eram feitos por parte dos aliados até que um deles feitos pela França esteve prestes a mudar o rumo da história. Frequentemente os aliados requisitavam armamento a Portugal e em setembro de 1914 os franceses ao se aperceberem que estariam necessitados em peças de artilharia fazem um pedido a Portugal para que este ceda algumas baterias de peças de artilharia de 75mm já que a França necessita rapidamente de equipar as unidades que tem em formação, conseguindo assim completar a mobilização das suas forças militares. Este pedido de cedência efetuado pela França a Portugal não tinha apenas um propósito ao nível logístico militar, por outro lado os franceses entendiam que ao fazer este pedido a Alemanha não mantinha a neutralidade perante Portugal e era uma maneira de fazer com que a Inglaterra apoiasse a iniciativa do povo português. Neste contexto, a Inglaterra via-se obrigada a aceitar o pedido feito pela França já que o povo inglês já tinha pedido anteriormente a Portugal a cedência de 20 mil espingardas para usar em África. Portugal vê neste pedido a brecha e a hipótese que tanto esperava, vê a luz ao fundo do túnel, vê assim uma forma de forçar a sua entrada na guerra. O governo ao ver este pedido por parte dos franceses responde ao mesmo afirmando que disponibiliza prontamente as peças de artilharia afirmando ainda que juntamente com elas iria mobilizar e enviar uma divisão com todas as armas e os serviços de modo a auxiliar a França no campo de batalha. Segundo Martins G. , (1942) quem deliberou sobre esta situação e tomou assim uma decisão foi o ministro da guerra da altura, o General Pereira de Eça, já que o nosso General

estava convicto que enviar somente as peças de artilharia sem os respetivos homens seria estar a desprezar os restantes militares e em última análise o Sr. Ministro acreditava que se Portugal enviasse uma força estruturada e considerável poderia assim no final da guerra exigir indenizações de guerra se os aliados saíssem vitoriosos. Embora a França ao ter feito este pedido a nível logístico, por trás escondia o desejo de ver Portugal entrar na guerra e a Inglaterra continuava a manter a convicção de que os portugueses não deveriam para já entrar no conflito. Deste modo, no dia 10 de outubro, o governo português pede um esclarecimento através de um telegrama que envia para Londres, sobre o que pretendia de Portugal em relação ao pedido dos meios materiais e humanos e onde solicitava que o pedido em questão deveria ser feito em nome da aliança (Martins G. , 1942). Em resposta ao telegrama enviado, o governo Britânico pede que Portugal envie as peças de artilharia sem a respetiva guarnição³³ afirmando que o povo português ainda não estava preparado militarmente para se envolver na guerra. Elencando ainda que como os franceses necessitavam dos meios rapidamente não poderiam estar a espera do aprontamento da Divisão³⁴, logo o que deveria acontecer era que, as peças deveriam ser enviadas sem os respetivos artilheiros e que mais tarde logo se pensaria no envio da Divisão para França. Como representante máximo do governo, Bernardino Machado, demite o governo e “cria um gabinete de unidade nacional que levasse o país para a beligerância” (Telo, 2010, p. 310), este gabinete era liderado por Vítor Azevedo Coutinho.

A entrada de Portugal na guerra ia sendo adiada, isso decorria do facto de esta depender, essencialmente, de quando a mesma estivesse organizada e com os meios materiais e humanos operacionais, não se conseguindo assim prever o lugar e a altura da sua entrada.

Após a demissão do governo de Bernardino Machado e o surto de descontentamentos por parte dos militares³⁵ que mantinham a convicção de que Portugal não deveria entrar na guerra, em 25 de janeiro de 1915, o Presidente da República, Manuel de Arriaga, convida o General Pimenta de Castro a formar governo tendo este assumido a presidência do Ministério. Embora este novo governo passasse a noção de que tinha a

³³ Entenda-se por “guarnição” os militares que operavam as respetivas peças de artilharia.

³⁴ Seria constituída com elementos da 1ª e 7ª Divisões do Exército, comandada pelo General Jaime de Castro e teria um efetivo de 22.461 homens. Importa ainda referir que esta divisão iria demorar meses a estar pronta para embarcar para França.

³⁵ Os movimentos de contestação à participação portuguesa na Grande Guerra intensificaram-se no início do ano de 1915. Este ano ficou marcado pelas inúmeras insurreições que ocorreram contra o governo que apoiava a guerra. Tanto o movimento antiguerrista em Maфра, como o movimento dos oficiais de Cavalaria em Estremoz, bem como o Movimento de Espadas são exemplos destas manifestações que não apoiavam as ideologias do regime (Rosas & Rollo, 2009); (Gonçalves, 1989) e (Telo, 2010).

intenção de continuar com as mesmas ideias do governo anterior, no que toca a situação externa do país, as diretivas emanadas pelo Ministério da Guerra fizeram com que os trabalhos de preparação da Divisão Auxiliar se fossem atrasando (Martins G. , 1942). A situação interna³⁶ que se fazia sentir prejudicou bastante a entrada portuguesa no conflito já que só com o governo de José de Castro é que se voltou à carga com o projeto e organização da Divisão Auxiliar que iria para França.

Embora os dirigentes políticos da época demonstrassem uma grande vontade de entrar na guerra, os ingleses tentavam a todo o custo que Portugal se abstinhasse de declarar guerra à Alemanha. Perante esta situação os governantes portugueses não estavam assim numa posição fácil já que o descontentamento da população era notório fruto dos diversos ataques que estávamos a sofrer por parte da Alemanha nas nossas colónias e mantermos uma posição de passividade em relação a estes ataques.

Contudo com a “apreensão dos navios alemães, em fins de fevereiro de 1916, acaba por provocar a tão desejada declaração de guerra da Alemanha, a 9 de março desse ano.” (Telo, 2010, p. 377). Tínhamos assim entrado na primeira guerra mundial. Depois desta declaração de guerra os preparativos de Divisão Auxiliar voltam à carga, podemos comprovar este facto se analisarmos o Decreto – Lei n.º53/1916, de 20 de março que decreta a “Mobilização Nacional”. Começam assim a ser preparadas em Tancos, duas divisões auxiliares que iriam constituir o Corpo Expedicionário Português. Os militares iam assim recebendo a instrução em Tancos, a qual termina em finais julho de 1916, estava assim formado o CEP que tinha na sua constituição uma divisão reforçada e que seria comandado pelo General Tamagnini de Abreu e Silva. Embora Portugal afirmasse que tinha a sua força pronta para avançar em julho de 1916, o primeiro embarque de tropas para França data de meados de janeiro do ano de 1917. Fica aqui a ressalva de que embora Portugal só tivesse entrado formalmente na Grande Guerra em 1917 com o envio das primeiras forças para França, já em 1914 tinham seguido algumas expedições para África de modo a proteger as colónias, chegando mesmo a existir combates nas colónias entre forças portuguesas e alemãs, contudo neste trabalho limitámo-nos a estudar a frente europeia e a situação interna em Portugal (Fraga, 1996). As forças portuguesas começaram a chegar a França no final do mês de janeiro de 1917. Como o armamento que estas iriam utilizar seria o do exército inglês e devido ao facto de estas não estarem preparadas para combater uma guerra de trincheiras, os militares portugueses antes de serem enviados para

³⁶ A instabilidade política, aliada à queda de governos, às diversas greves/manifestações e conflitos internos que se faziam sentir em Portugal eram assim um entrave à entrada dos portugueses na guerra.

a frente de combate passaram por uma nova fase de instrução em França. Só em meados de julho deste ano é que o CEP foi assim enviado para a frente de combate na Flandres. Foi a partir deste momento que esta força portuguesa que contava com um efetivo de cerca de 55.000 homens³⁷ passou a ter um setor à sua responsabilidade. O facto de os portugueses terem assumido um setor fez com que rapidamente a moral das tropas baixasse. Esta situação advém do facto de os militares estarem frequentemente a ser submetidos aos bombardeamentos, patrulhas e *Raids*, que aliados à dureza das condições de vida e à permanência constante na zona de combate (em trincheiras) sem substituição para descanso efetivo levasse às inúmeras insubordinações que foram ocorrendo (Marques I. , 2008). Apesar das diversas adversidades pelas quais o CEP ia passando, foi tentando cumprir a sua missão desde julho de 1917 a abril de 1918. Missão esta que consistia em defender a secção que lhe tinha sido atribuída pelos britânicos, sem “receber reforços de Portugal que permitissem no mínimo a substituição das tropas” (Lopes, 2012, p. 24) que iam baixando ao longo do conflito. Fruto desta guerra o CEP sofreu cerca de 4.000 baixas³⁸. Rosas & Rollo, (2009) e Fraga, (1996) chegaram à conclusão que em 1918 fruto das condições de vida não serem as melhores o CEP tinha cerca de 18.000 militares doentes. Com esta situação conseguimos assim perceber que as forças portuguesas que estiveram destacadas em França sofreram na pele com as novas tecnologias e táticas que foram sendo usadas ao longo de toda a primeira guerra.

Com a assinatura do armistício em 1918 as nações que faziam parte do conflito deixaram assim de estar em guerra e os portugueses que combatiam na Flandres puderam assim voltar a sua terra natal. Contudo e devido à falta de navios que transportassem os militares de volta a Portugal existiu um grande número de homens que só chegaram às suas casas em 1919.

4.4. Situação Política/Social do País

Apesar de ter sido implementada a República, a instabilidade social, política e económica permanecia. Ainda hoje é bastante difícil ter dados precisos sobre o número de greves por ano como referem inúmeros autores como Cezerales (2011), Telo (2010) e Rosas (2010), porém todos eles realçam que o facto de se terem registado um grande

³⁷ Número arredondado visto que a bibliografia diversa não é unânime quanto a estes valores.

³⁸ Valor que incorpora mortos, feridos graves e desaparecidos.

aumento de greves a partir de outubro de 1910. Para Telo, (2010) “as greves posteriores à Proclamação da República são maiores, mais abrangentes” (Telo, 2010, p. 200). Em finais de 1910 e inícios de 1911 as greves dos ferroviários, dos condutores de elétricos e da distribuição de gás e de eletricidade eram frequentes. Como refere (Cezerales, 2011, p. 224) “as greves alteravam o funcionamento normal da vida urbana e permitiam à imprensa monárquica apresentar a República como um Regime débil que deixava que o caos se instalasse nas cidades”. Em meados de 1911 deu-se uma das maiores vagas de greves neste período. Estas prendiam-se com o facto de os grevistas estarem contra os salários e contra as horas de trabalho a que estavam sujeitos, no fundo, eles lutavam por melhores salários e pela redução do horário de trabalho. Das várias obras que fomos utilizando e dos inúmeros dados que fomos recolhendo demos conta que a população que mais participava nestas greves era: os operários de fábricas de cortiça e conservas do distrito de Setúbal, de têxteis do Porto e Braga, da CUF, no Barreiro; os camponeses do Alentejo e do Ribatejo; os ferroviários e trabalhadores dos transportes urbanos; os trabalhadores da Companhia de Gás de Lisboa (Cezerales, 2011) (Póvoa, 2013) (Rosas, 2010) (Telo, 2010). Como já foi referido anteriormente, estas greves tendiam a ser violentas, o que levava a que se verificassem confrontos entre os populares e as forças policiais, tendo sido o exército chamado a intervir diversas vezes de modo a travar a violência dos grevistas. Pelo facto do governo se ter apercebido que os militares integravam algumas destas manifestações, a 18 de junho de 1911, este aprova o regulamento provisório da GNR, onde vem expresso que os militares da guarda, quer sejam oficiais, sargentos ou praças, ficam proibidos de “formular petições ou representações coletivas, nem reunir senão por autorização competente”, segundo o Decreto de Lei n.º130/1911, de 5 de junho. O comando da GNR, com o intuito de reforçar esta medida expressa no regulamento provisório da GNR prevê este mesmo facto na OSGNR n.º 53/1911 de 18 de agosto, intensificando assim a ideia de que os militares estão proibidos de fazer parte integrante em qualquer manifestação coletiva ou em qualquer resolução política.

Nesta época, Portugal estava a viver tempos conturbados, contudo nos primeiros tempos após a GNR ser criada existiu uma intenção clara por parte do governo em legislar e regulamentar as intervenções que eram feitas pelas Guardas Republicanas, deste modo, as patrulhas de infantaria eram feitas por militares armados de espingarda (Kropatchech) com a baioneta armada e de pistola Savage. Já os militares de cavalaria estariam armados com o mesmo sabre e carabina (Mannlicher) pertencentes à antiga Guarda Municipal e algumas praças estavam armadas com o revólver Abbadie. Sabemos assim que a atuação

da GNR foi inspirada no exército e o Decreto de Lei n.º130/1911, de 5 de junho, bem como a OSGNR n.º 103/1911, de 29 de dezembro chegam mesmo a dizer que caso fosse necessário os militares poderiam utilizar a força para fazer dispersar as multidões/greves de modo a que os guardas conseguissem repor a ordem e a tranquilidade pública de modo a manter a segurança. Para fazer face a estes incidentes, a cavalaria da GNR era o meio mais eficaz e aconselhado pelo Governo para acabar com os ajuntamentos constantes, contudo como refere Cezerales (2011), a população que nos tempos da Guarda Municipal respeitava a cavalaria e quando a via a chegar começava logo a dispersar, agora por outro lado, viviam-se tempos diferentes, com os populares a fazer frente aos militares dificultando assim a tarefa dos mesmos. É então que Portugal dá os primeiros passos no sentido de reduzir as atuações que poderiam levar a que existisse excesso de força por parte dos militares da GNR. Neste sentido, o comando da Guarda fruto das diversas pressões políticas e dos populares, toma a decisão de emanar numa Ordem de Serviço do Comando Geral da Guarda Republicana algumas “Instruções para o serviço de forças da Guarda na manutenção da ordem pública” OSGNR n.º 103/1911, de 29 de dezembro. Desta feita vem expresso nesta ordem de serviço que os militares quando fossem chamados para controlar/deter/dispersar multidões/greves/ajuntamentos, entre outras formas de manifestação, deveriam numa primeira fase, fazer uso de meios persuasivos e se estes meios não fossem eficazes, aí sim, partir-se-ia para o próximo meio de atuação, respeitando sempre as ordens do comandante direto já que este era o responsável pela atuação. Segundo (Póvoa, 2013, p. 47) , que também estudou este facto na sua tese, este afirma com base nesta OSGNR n.º 103/1911, de 29 de dezembro que “Quando se fizesse uso da força, esta teria que ser progressiva e sequencial. Primeiro, o emprego da cavalaria nos diversos andamentos até à carga com espada, emprego da carga de infantaria com baioneta, o uso de arma de fogo só em casos extremos, com cominação prévia, e sempre com a máxima disciplina e economia de munições. Quem não cumprisse estas instruções seria punido com o máximo rigor, além da responsabilidade criminal que dos atos lhes adviesse.”.

Embora tenha saído uma diretiva relativamente ao método de atuação por parte das forças a GNR nem sempre conseguia travar a fúria e a intenção dos populares levando assim a que a missão dos militares estivesse dificultada o que levou a que diversas vezes a GNR se tivesse que aliar ao exército para fazer face às contingências dos populares. Um dos muitos exemplos de como nem sempre a GNR conseguia controlar a segurança e a ordem pública ficou presente na greve geral em Lisboa de apoio aos trabalhadores do

Alentejo no ano de 1912. Durante esta greve foi declarado o estado de sítio e foram mesmo suspensas todas as garantias constitucionais³⁹. Perante este facto a GNR não conseguia responder às diversas e inúmeras ocorrências que iam surgindo, já que o seu esforço estava assim centrado em proteger as fábricas, os pontos de distribuição do gás e da eletricidade e os armazéns que continham produtos alimentares. Tendo de passar a escoltar os elétricos já que os grevistas impediam os mesmo de circular⁴⁰.

O verão de 1914 começa com o despoletar da Primeira Guerra Mundial e a Europa e Portugal iriam passar por uma panóplia de mudanças. Os países europeus não foram só afetados pela mobilização militar. Este conflito vem alterar os fluxos comerciais e vem provocar uma rutura nos abastecimentos porque as importações estavam assim condicionadas pela guerra. Os atores do conflito para darem a volta a esta situação começam assim a substituir as importações pelo desenvolvimento industrial. Esta situação vem assim agravar o clima entre os portugueses, que face às vicissitudes da época continuam com as greves, manifestações e revoltas constantes contra o estado do país. A partir de 1914 os assaltos passaram a ser generalizados e eram frequentemente utilizados pelos cidadãos com o intuito de demonstrar o descontentamento destes. A população encontrava-se assim imbuída de um sentimento de revolta e utilizava estas ações de modo a evitar os diversos açambarcamentos⁴¹ que existiam⁴². Como podemos verificar na consulta de alguns jornais como o jornal *A Capital* chegámos à conclusão que os açambarcamentos eram frequentes e que os distúrbios por parte da população não tendiam a diminuir. Devido a estas situações a GNR era chamada inúmeras vezes para pôr cobro aos assaltos e para travar os atentados bombistas que começaram a fazer parte do *modus operandi* dos revoltosos (Pires, 2014).

Em 1915 dá-se a revolução do 14 de maio onde o comandante da GNR (o General Ernesto da Encarnação Ribeiro) foi exonerado de funções que mantinha desde 1911. Embora esta revolução tivesse sucedido, as revoltas e as greves continuavam a ocorrer cada vez com maior incidência. Em fevereiro deste ano, o Ministério do Fomento é invadido por um grupo de desempregados e em março os assaltos e as desordens aumentam por todo o país devido ao aumento do preço do pão. Ainda neste mês, os estabelecimentos comerciais presentes na capital e no Porto, sofrem uma vaga de assaltos

³⁹ Cfr. Suplemento ao Diário do Governo n.º 25/1912.

⁴⁰ Cfr. Jornal Ilustração Portuguesa n.º 311/ 1912, 2.ª série.

⁴¹ Entenda-se por açambarcamento - que não era mais que o acumular de mercadorias em grande quantidade para provocar a sua falta no mercado e vendê-las depois por um preço mais elevado.

⁴² Cfr. Jornal A Capital n.º 1661/1915 de 21 de março.

por serem acusados por açambarcamentos e por venda de produtos fora do preço que estava tabelado por lei, tendo a GNR de intervir e realizar segurança física a esses estabelecimentos de modo a acalmar os ânimos.

Outro acontecimento frequente eram as greves da carris onde o recurso a bombas e a engenhos explosivos eram frequentes e a GNR era chamada para intervir para fazer dispersar a multidão de revoltosos.



Figura n.º 5 – Militares da GNR durante a greve do pessoal da Carris. Rua Luís de Camões (Lisboa, Portugal).

Fonte: (Moura, 2014, p. 9).

O ano de 1916 não trouxe grandes melhorias e a crise político/social manteve-se, o que por consequente manteve todos os atos criminosos que iam ocorrendo sobretudo na grande Lisboa. Segundo Moura (2014); Pires (2014); Cezerales (2011) e Rosas (2010) o início deste ano começou com saques por todo o país nos quais a GNR tinha de intervir, chegando mesmo a realizar rusgas a bairros operários.

Por sua vez o ano de 1917 iniciou da mesma forma que o anterior. Este ano foi assim marcado pela denominada “Revolta da Batata”. Facto que aconteceu em maio na consequência da falta de alimentos de primeira necessidade fruto do racionamento que estava ser feito na consequência do esforço de guerra. Esta necessidade de alimentos levou a assaltos em massa às mercearias e aos armazéns no Porto e em Lisboa. Devido a esta onda de violência é decretado o estado de sítio pelo governo⁴³. Para travar estes confrontos

⁴³ Cfr. Decreto – Lei n.º 3150/1917 de 20 de maio.

violentos em que na grande maioria das vezes era realizada com recurso às armas de fogo e às bombas, a GNR tinha de atuar de uma forma mais agressiva o que levava a que os confrontos entre a GNR e os manifestantes originassem feridos em grande número e por vezes alguns mortos.

O golpe de 5 de dezembro de 1917 ou “Sidonismo” pelo qual também é conhecido é um movimento militar que se opôs à República Democrática instaurada em Portugal no qual resultou uma ditadura de cariz militar. Com a vitória de Sidónio Pais quem toma posse dos Ministérios e do Governo é a Junta Revolucionária. Como a GNR estava do lado do governo e não apoiou Sidónio a Guarda Nacional Republicana vê assim o seu Comandante Geral ser destituído. Para fazer face a esta situação o novo governo de Sidónio nomeia para ocupar o cargo o Coronel José de Oliveira Duque. Embora se tenha formado um novo governo e a população nos primeiros tempos ter acreditado que o país estava a seguir um rumo diferente, as greves e as manifestações voltam a ocorrer.

Em novembro deste ano é celebrado o armistício, culminando assim no fim da guerra. Pelo que nos fomos apercebendo nem o *término* da guerra veio alterar o estado do país, já que a 5 de dezembro Sidónio é assassinado. Tudo isto culminou numa “grave crise política no País em que se defrontaram sobretudo forças Republicanas entre si e Republicanos contra Monárquicos” (Moura, 2014, p. 12).

4.5. Situação Económica

Pelos estudos que fomos realizando conseguimos perceber que no século XIX a economia portuguesa era uma das economias mais atrasadas da Europa pautando-se assim por apresentar níveis de vida extraordinariamente baixos (Mata & Valério, 2003) e (Mateus, 1998). Segundo apurámos, a grande maioria da população trabalhava no setor agrícola e a exploração industrial ainda não se encontrava muito desenvolvida. Embora, o grosso da população trabalhasse na agricultura, o rendimento que era retirado deste setor não era o bastante para fornecer o país o que levava a que Portugal tivesse de se socorrer da importação para conseguir alimentar os portugueses. Já o setor industrial apenas empregava um quinto da população (Pires, 2014).

Após a implementação da república, os governos foram tentando impedir que a instabilidade orçamental e financeira se instalasse no país, embora o desencadear da guerra no continente europeu tenha obstruído e dificultado o trabalho dos governantes.

Diversos autores como Mata & Valério, (2003) e Mateus, (1998) que se propuseram a estudar a economia portuguesa afirmam que o facto de Portugal ter entrado na guerra afetou a dívida pública, no fundo estes avançam com a teoria de que a dívida pública aumentou devido ao financiamento que teve que ser feito pelo esforço de guerra. O esforço que o povo Português estava a ter com a guerra estava assim a desgastar a população e o país não estava a conseguir suportar este facto. Por sua vez com a guerra os níveis de inflação aumentaram, o índice de preços subiu de 100 para 420 devido sobretudo ao facto de ter existido um aumento considerável em relação à oferta de moeda que nesse mesmo período também aumentou de 195 para 840 mil contos.

Se tomarmos em conta estes indicadores, conseguimos perceber que os gastos do estado aumentaram, se virmos bem os gastos quadruplicaram com a entrada de Portugal no conflito como podemos comprovar com a tabela n.º 1.

Tabela n.º 1 – Indicadores monetários e financeiros para Portugal, 1914-1920 (1914 = 100).

Fonte: (Martins & Duarte, [S.a.]).

	1914 IP: 100	1916 IP: 137	1920 IP: 420
Taxa de câmbio (\$/£)	5\$66	7\$03	18\$33
Gastos do Estado (milhares de contos)	95	144	418
Receitas do Estado (milhares de contos)	68	89	219
Saldo orçamental (milhares de contos)	-27	-55	-199
Saldo orçamental (% do PIB)	-2,24	-3,84	-5,14
Dívida pública (milhares de contos)	648	883	1553
Dívida pública (% do PIB)	61,59	61,71	73,9
Oferta monetária (M1) (milhares de contos)	195	213	840

Ao analisarmos a tabela anterior conseguimos perceber que Portugal não estava a passar por uma boa fase a nível económico e o esforço de guerra só piorou a situação do país.

Capítulo 5

GNR e a Guerra

5.1. Generalidades

Este capítulo pretende explicar que alterações a GNR sofreu com a entrada de Portugal na Grande Guerra e que contributo esta força veio dar a Portugal durante o conflito, quer dentro das fronteiras, quer fora destas.

5.2. Frente Externa

Com a criação da Guarda Nacional Republicana, após o 5 de outubro, até ao começo da Grande Guerra no mundo, esta força “gendarmica” tinha a função de manter e controlar a ordem e a tranquilidade públicas do país. Esta instituição foi assim a primeira a ser criada com o intuito de atuar em todo o território nacional e vem assim substituir o exército no que diz respeito às “missões policiais” que este estava a desempenhar fruto de não existir uma força policial que preenchesse essas lacunas⁴⁴. Assim com a instauração desta nova força, os dirigentes da altura esperavam que o exército deixasse de ter uma atuação ao nível interno em Portugal e que este se conseguisse concentrar na sua missão primordial – a política externa.

Com a entrada de Portugal no teatro da Grande Guerra e existindo assim uma força policial que tinha a missão de manter os interesses internos, de segurança e de ordem pública dentro das fronteiras, o exército podia assim concentrar todo o seu esforço nos teatros de guerra fora do território português. Deste modo, o exército estava assim concentrado em dar continuidade ao plano de mobilização nacional que tinha em vista

⁴⁴ Cfr. Decreto – Lei n.º103/1911, de 3 de Maio.

organizar e criar o Corpo Expedicionário Português para que este pudesse combater nos teatros de operações em França assim como já o fazia desde 1914 nas colónias⁴⁵.

Todavia o esforço de guerra não envolveu apenas os militares do exército como iremos ver mais à frente neste trabalho, a GNR também deu o seu contributo quer em França quer nas colónias. A mobilização que foi feita, com o intuito de criar o CEP, teve um impacto muito grande no seio das famílias portuguesas já que a criação de uma Divisão para combater em territórios franceses, mobilizar homens para combater na frente africana e mobilizar homens que preenchessem as fileiras da GNR, de modo a atuar na frente interna, estava a deixar a população sem indivíduos do sexo masculino em Portugal. Gonçalves (1989), chega a afirmar que a falta de oficiais no CEP levou a promoções em série e a que fossem mobilizados oficiais de outras forças (GNR) para combater as lacunas de recursos humanos.

O ambiente interno começou a ficar um pouco descontrolado fruto sobretudo de os portugueses possuírem parte ativa no conflito o que levou por sua vez a grandes revoltas quer dos militares quer da população civil. A população portuguesa estava assim descontente com as consequências tanto a nível económico, social e político que se faziam sentir em consequência da participação nacional no conflito. Sendo assim, coube à Guarda Nacional Republicana controlar e minimizar os diversos incidentes que iam surgindo dentro do território nacional. Contudo a GNR não teve um papel preponderante apenas na frente interna se analisarmos o Decreto - Lei 3:328/1917 de 3 de setembro, conseguimos perceber que esta força também teve elementos destacados em França e nas colónias. “Enquanto durar o estado de guerra, o serviço na Guarda Nacional Republicana considera-se serviço militar obrigatório, podendo ser mandadas incorporar as praças de pré necessárias para o complemento dos seus efetivos (...) as forças da Guarda Nacional Republicana (...) enquanto permanecerem no serviço policial consideram-se mobilizados para o serviço no país **não podendo ser distraídos para fora deste (...) excetuam-se do disposto na parte final deste artigo os destacamentos de polícia** que façam parte dos quartéis gerais de corpos expedicionários...” como consta no Decreto - Lei 3:328/1917 de 3 de setembro.

Embora a GNR fosse uma organização militar destinada a atuar dentro do território nacional, esta não ficou de fora do conflito que ocorria na Europa, e como iremos ver esta

⁴⁵ Importa aqui deixar uma ressalva que embora este trabalho não englobe o esforço feito para proteger e manter a ordem nas antigas colónias ultramarinas de Angola e Moçambique é relevante não esquecer que desde 1914 que existiram combates entre forças portuguesas e alemãs nas colónias.

instituição chegou mesmo a mobilizar forças com vista a desempenhar funções em França. Desta feita, ainda foi um número considerável de militares que foi colocado no Corpo Expedicionário Português a fim de prestar serviço lado a lado com os restantes militares do exército português, tanto em França como nas colónias africanas. Deste modo fomos fazendo um levantamento através das diversas ordens de serviço dos batalhões e dos esquadrões da guarda, bem como do Anuário da Guarda Nacional Republicana de 1922 e ainda fomos recolher informação às ordens de serviço do Comando Geral no intervalo de 1910 a 1919 para concluir e demonstrar que a GNR teve assim um papel importante e ativo na frente externa. Como já foi anteriormente elencado, os militares da GNR foram destacados para desempenhar missões em França, sendo outros destacados para prestar serviço no Quartel General do CEP, enquanto outros exerceram missões na área da retaguarda, guarnecendo sobretudo as unidades de polícia do CEP dos quais destacamos as seguintes:

- **Os depósitos de infantaria do CEP** – Segundo apurámos com a nossa investigação, o CEP, tinha na sua constituição três depósitos de infantaria. Contudo com a análise que realizamos das OSGNR, das Ordens de Serviço dos Batalhões n.º1 e n.º2 e das Ordens de serviço do Grupo de Esquadrões apurámos que da GNR, apenas marchou 1 tenente para o 1º Depósito, 2 tenentes para o 2º Depósito e 1 tenente para o 4º Depósito de infantaria do CEP;
- **O depósito de remonta do CEP** – Esta unidade, visava o aprovisionamento e o desbaste de solípedes de todo o exército, nos tempos em que estes eram os meios de transporte e de combate, colocando-os assim em condições de prestarem serviço. A GNR enviou o Alferes picador Arnaldo Tavares, segundo a OSGNR n.º 14/1917 de 5 de março;
- **O depósito de serviço veterinário do CEP** – Tendo a GNR destacado para esta unidade o Tenente veterinário Adriano José Afonso de Castro, segundo a OSGNR n.º 47/1917 de 22 de julho;
- **O depósito de material de aquartelamento do CEP** – Esta unidade era comandada por Oficiais do exército, que prestavam serviço na GNR, sendo estes o Tenente José do Albuquerque, Carlos Ludgero Antunes Cabrita, o Tenente José Nunes de Amorim como consta na OSGNR n.º 10/1917 de 9 de fevereiro e o Tenente Gastão Ribeiro Pereira segundo a OSGNR n.º 12/1917 de 16 de fevereiro;
- **O Depósito de Bagagens do CEP** – Esta unidade foi uma das que recebeu uma “subunidade constituída” pertencente à GNR. O depósito de bagagens da 1.ª Divisão

mobilizada em França foi constituído por cinquenta e nove militares da Arma de Cavalaria da GNR e respetivas montadas (59 cavalos), sob o comando, do Capitão da GNR, Artur Celestino Sangreman Henriques, como podemos comprovar pela Ordem de Serviço do Grupo de Esquadrões da GNR (OSGEGNR) n.º 277/1916, de 3 de outubro. As forças da GNR que foram destacadas para esta unidade tinham a função de assegurar que as bagagens chegavam sem incidentes ao destino, ou seja, que não eram furtadas nem desviadas durante a sua viagem e durante o seu transporte já em terras francesas.

- **O destacamento de polícia do CEP** – Esta unidade do CEP foi também uma das que recebeu uma “subunidade constituída” oriunda da GNR. Sendo esta formada logo aquando da 1.ª Divisão mobilizada para França. Este destacamento de polícia da base de desembarque em França foi constituído por cinquenta militares de Infantaria do Batalhão n.º 1 da GNR, sob o Comando do Alferes Francisco Salgueiro da Silva. Como consta na Ordem de Serviço n.º 71 e 72, do Batalhão n.º 2 da GNR respetivamente de 12 e 13 de março de 1917. Tendo sido ainda destacados para a 1.ª Divisão 8 soldados, 1 cabo e 10 cavalos conforme se pode constatar na OSGEGNR n.º 140/1917 de 20 de maio. Identificamos igualmente que o Grupo de Esquadrões de Lisboa destacou pelo menos duas expedições para o destacamento de polícia da 2ª Divisão do CEP, sendo esta constituída por um 2º Sargento, vinte e seis soldados e vinte e um cavalos, esta força era comandada pelo Alferes Barroso, como consta na OSGEGNR n.º 5/1917 de 5 de janeiro. Foram ainda para a 2ª Divisão nove soldados e dez cavalos como consta na OSGEGNR n.º 123/1917 de 3 de maio. Do Grupo de Esquadrões foram ainda destacados trinta e quatro soldados (OSGEGNR n.º 4/1917 de 4 de janeiro); nove soldados pela OSGEGNR n.º 83/1917 de 24 de março e sete soldados em abril do mesmo ano (OSGEGNR n.º 96/1917 de 6 de abril).

Constatamos ainda que haviam sido destacados para desempenhar funções nesta unidade (na 1ª Divisão do CEP), um Capitão, quatro Tenentes, vinte Soldados, um 1º Cabo e um 2º Cabo provenientes do Batalhão n.º 1, segundo a Ordem de Serviço n.º 136/1917 de 16 de maio do Batalhão n.º 1 da GNR e 10 soldados também do batalhão n.º 1 (a Ordem de Serviço n.º 142/1917 de 22 de maio do Batalhão n.º 1 da GNR).

- **A Escolta e Serviço de Polícia ao Quartel General do CEP** – Para desempenharem funções nesta unidade foram nomeados um 2º Sargento dois Cabos e dez Soldados,

que prestavam serviço no Batalhão n.º 1, conforme consta na OS n.º3/1917 de 3 de janeiro do Batalhão n.º 1 da GNR.

De modo a entender melhor o número e a caracterização dos militares que foram destacados para cada unidade do CEP apresentamos a tabela n.º1 elaborada por nós.

Tabela n.º 2 – Número de militares da GNR destacados para as diversas unidades do CEP.

	Oficiais	Sargentos	Praças
Depósitos de Infantaria CEP	4	0	0
Depósito de Remonta CEP	1	0	0
Depósito de Serviço Veterinário CEP	1	0	0
Depósito de Material de Aquartelamento CEP	4	0	0
Depósito de Bagagens CEP	1	0	59
Destacamentos de Polícia CEP	6	2	129
Escoltas e Serviços de Polícia CEP	0	3	34
Quartel General do CEP	35	0	0
Total	52	5	252

Fonte: Elaboração Própria.

Fica aqui a ressalva de que estes valores não são exatos porque podem ter sido enviados militares da GNR para França que não constem nas ordens de serviço nem nos documentos a que tivemos acesso. Como sabemos na história não existem verdades absolutas, logo com isto queremos deixar bem claro que segundo a nossa pesquisa chegámos à conclusão de que **pelo menos** (não sendo estes números exatos) foram destacados para desempenhar funções em França cinquenta e dois oficiais, cinco sargentos e duzentas e cinquenta e duas praças. Com esta pesquisa concluímos ainda que foram destacadas algumas “subunidades constituídas” da GNR para unidades do CEP que exerciam funções na área da retaguarda do corpo expedicionário português.

No fundo, a Guarda Nacional Republicana cumpriu missões com a finalidade de garantir a segurança à área da retaguarda do CEP. Deste modo a sua primordial função era assegurar que não desaparecia nenhum material dos diversos depósitos que estavam à sua guarda. Esta força desempenhava ainda missões de cariz policial. Ao termos analisado diversos autores como Beça, (1922); Marques I. , (2008) e Marques A. H., ([s.d.]

conseguimos perceber que ocorreram inúmeras insubordinações no seio do exército português o que levava a que a GNR fosse chamada para manter a ordem e para controlar os desordeiros e desertores. Esta força realizava ainda escoltas a armamento e às bagagens que desembarcavam nos portos de França e que teriam como destino a área da base da retaguarda das nossas forças de modo a impedir que as mesmas desaparecessem ou que fossem mesmo furtadas. A GNR estava ainda incumbida de escoltar os prisioneiros de guerra e de fazer a escolta a altas entidades de modo a garantir a sua segurança (Moura, 2014).

5.3. Frente Interna

Com o deflagrar da guerra na Europa em 1914 e como já explicámos no capítulo 4.2 a atenção dos governantes estava virada para a guerra, no sentido de Portugal se tornar um país beligerante. Perante esta situação, a “frente externa” passou a ser um fenómeno ostensivo e por vezes descorava-se a situação interna do país. No fundo a guerra veio desviar as atenções dos conflitos internos pelos quais Portugal estava a passar já que o conflito veio agravar o estado económico do país e o descontentamento da população era bastante notório como podemos comprovar pelas greves e manifestações que se iam fazendo sentir.

Ao longo deste trabalho e pelos subcapítulos anteriores conseguimos perceber que Portugal, durante o período da Grande Guerra, passou por um período conturbado tanto a nível político e social como a nível financeiro. Desta forma, é de fácil entendimento que a GNR teve assim uma missão importante no controlo da segurança e na manutenção da ordem e da tranquilidade públicas no país. Esta força, que tinha sido criada recentemente, deparava-se agora com o facto de ter de controlar a crise interna pela qual Portugal estava a passar. A GNR foi criada com a intenção de se alastrar para todo o território nacional, (o que só se veio a concretizar em 1919) Deste modo a GNR desempenhou um papel importante internamente tendo esta força sido solicitada para resolver os inúmeros focos de criminalidade que ocorriam quase todos os dias. Este período caracterizou-se sobretudo pela frequência e pela agressividade com que estes atos ocorriam. Ao longo de toda a nossa pesquisa ficámos cientes das inúmeras manifestações, greves, assaltos, levantamentos, revoltas, revoluções que foram ocorrendo e da violência que era aplicada pelos intervenientes destas ocorrências. Os participantes nestes confrontos, assaltos e revoltas

recorriam na grande maioria das vezes a engenhos explosivos e a armas de fogo com o intuito de demonstrar qual era a sua intenção e que não estavam de ânimos leves. Estes factos aliados aos grupos que se manifestavam contra o governo como os grupos anarquistas, a carbonária, a famosa “formiga-branca” e os sindicatos operários, levaram a que a GNR tivesse de alterar a sua forma de atuação e que se visse forçada a aumentar o patrulhamento de modo a tentar manter a ordem.

Como demonstrámos no subcapítulo anterior a GNR foi mobilizada para o esforço de guerra fora do país, contudo a principal missão que esta força desempenhou decorreu dentro das fronteiras. Tendo em conta que a GNR viu os seus efetivos reduzidos fruto de ter destacado militares para França e devido à premissa de o recrutamento ser feito através das praças do exército que também estavam na frente de combate a 3 de setembro de 1917 o governo emana um Decreto (Decreto – Lei n.º 3:328/1917 de 3 de setembro) no qual o serviço na GNR passa a ser “serviço militar obrigatório” e em que as praças estão proibidas de sair do país como podemos perceber pela citação seguinte: “Enquanto durar o estado de guerra, o serviço na Guarda Nacional Republicana considera-se serviço militar obrigatório, podendo ser mandadas incorporar nelas as praças de pré necessárias para o complemento dos seus efetivos (...) as forças da Guarda Nacional Republicana (...) enquanto permanecerem no serviço policial consideram-se **mobilizados para o serviço no país não podendo ser distraídos para fora deste...**” como consta no Decreto - Lei 3:328/1917 de 3 de setembro.

A principal ação que a GNR desempenhou durante a guerra realizou-se em Portugal (frente interna). Pelo facto de nos termos debruçado sobre o estudo das leis que estabelecem a organização da Guarda Nacional Republicana da época, chegámos à conclusão que esta força teve de se adaptar às diversidades com que se ia deparando tendo por vezes de alterar o seu modo de atuação para fazer face às contingências do país.

Esta força teve de se adaptar a uma nova realidade, passando a desempenhar um leque de missões que não estavam previstas inicialmente, das quais destacamos as seguintes:

- **Evitar/capturar desertores às mobilizações para o CEP** – Em consequência de termos analisado a legislação que regulava as missões da GNR nesta altura é de fácil entendimento que esta é uma das funções que não está prevista em nenhum decreto, logo conseguimos perceber que esta situação advém do esforço que estava a ser feito com a guerra. No fundo, queremos com isto dizer que a GNR teve de passar a escoltar as colunas militares durante o embarque das mesmas para os navios que seguiam para

França fruto das insubordinações⁴⁶ que ocorriam com bastante frequência. Para fazer face a esta situação, a GNR era assim avocada para fazer o policiamento das tropas no ato de embarque das mesmas como está explícito na OSGNR n.º 119/1917 de 29 de abril “que para o policiamento no ato de desembarque d’uma expedição (...) é nomeado o 2º esquadrão devendo estar no cais da fundição amanhã pelas 13” para impedir que estas se recusassem a embarcar, para que não fugissem e para impedir que os militares causassem distúrbios.

- **Escolta de presos e segurança aos prisioneiros alemães** – Durante este período a GNR viu-se forçada a assegurar a escolta aos prisioneiros alemães para permitir que os mesmos chegassem aos campos de concentração sem incidentes⁴⁷. Esta passou assim a ser uma nova missão que esta força teve de passar a desempenhar devido ao desenrolar da guerra (Moura, 2014).
- **Fiscalização e controlo de bens de primeira necessidade, racionamento, evitar especulação de preços e açambarcamento de materiais** – Como podemos perceber ao analisar a tabela n.º 1 com o começo da Grande Guerra a inflação em Portugal tornou-se galopante o que se veio a intensificar ainda mais quando as forças portuguesas integraram a frente de combate em França. Com a guerra o comércio internacional paralisou e embora mais de metade da população trabalhasse no setor agrícola, o país passava assim por uma grave crise já que os cereais não abundavam em Portugal. Esta situação levou o país a contrair problemas no que toca aos abastecimentos em géneros alimentícios essenciais e as populações para contrariar este facto assaltavam os armazéns, as padarias e os meios que efetuavam o transporte dos mantimentos, no fundo socorriam-se das pilhagens que faziam para conseguir sobreviver e para evitar ter que comprar estes géneros no “mercado negro”⁴⁸. A produção agrícola nacional não conseguia satisfazer as necessidades da população, o que levava a que grande parte destes produtos fosse importado. Contudo, com o início da guerra, o abastecimento que era feito recorrendo a países terceiros complicou-se não só porque as grandes potências que forneciam Portugal necessitavam dos bens para o esforço de guerra como Portugal não era autossuficiente no que toca as transportes, ou seja, os portugueses para importarem mercadorias socorriam-se dos

⁴⁶ Cfr. Apêndice B – Composição e Distribuição da Força em 1912.

⁴⁷ Existia pelo menos um campo de concentração nas Caldas da Rainha para onde eram levados os prisioneiros alemães.

⁴⁸ Que se prendia com a venda de bens acima dos preços tabelados por lei.

transportes marítimos e o principal fornecedor de navios era a Inglaterra⁴⁹. Como os ingleses necessitavam dos navios para serem empenhados no esforço que estava a ser feito em torno da guerra, Portugal viu-se assim em grandes dificuldades em importar e exportar mercadorias o que só piorava a situação interna do país. No fundo, os portugueses dependiam de quase todos os bens essenciais que mantinham o país a “funcionar” (Mata & Valério, 2003). Devido à crise económica e social pela qual o país estava a passar, os comerciantes recorriam a açambarcamentos. A partir de agosto de 1914 ficou estabelecido por lei que os comerciantes não podiam vender os bens de primeira necessidade acima do que se encontrava tabelado por lei. Para que factos como estes não acontecessem a GNR passou assim a fiscalizar os comerciantes e os armazenistas de modo a controlar este “mercado negro” que se veio a instaurar com a guerra. Este autor dá-nos o exemplo de que os populares recorriam muitas vezes a assaltos para contrariar este facto. Segundo Cezerales, (2011), existiram diversos episódios em que a GNR teve de intervir para instaurar a ordem e para impedir que os produtos fossem vendidos por não estarem de acordo com o que vinha estabelecido na lei. Neste sentido, para que os assaltos diminuíssem e para impedir que os produtos não ficassem pelo caminho, esta força de segurança começou a realizar operações sazonais (coincidentes com a altura da colheita dos cereais). No fundo, a GNR começou a escoltar as colheitas desde os campos até aos comboios e por sua vez escoltava os comboios até ao seu destino para que as colheitas fossem protegidas e chegassem aos armazenistas e lojistas sem incidentes.

- **Manter a ordem e a tranquilidade públicas no interior do território nacional** – Desde o início da Primeira República que as manifestações e as greves violentas eram recorrentes e com a entrada de Portugal na guerra este facto teve tendência a piorar. Socorrendo-nos da diversa bibliografia que fomos estudando e analisando, apercebemo-nos que todos os meses ou quase todos os meses a GNR era chamada a intervir em situações de ordem pública de modo a fazer dispersar as multidões e os ajuntamentos violentos e ilegais que ocorriam com inúmera frequência. Alguns exemplos destes factos são: a intitulada “revolução da batata” em 1917 em que a GNR teve um papel preponderante para por cobro à vaga de assaltos pela qual Lisboa estava a passar. O famoso 14 de maio de 1915 em que no qual a grande maioria dos militares da GNR estavam do lado do governo; no golpe liderado por Sidónio em 1917 onde a

⁴⁹ Um país beligerante desde o início da guerra.

GNR não estava unânime sobre que partido havia de apoiar levando a que existissem fações que apoiavam o governo e havendo outras que lutavam por Sidónio, entre muitas outras situações que foram ocorrendo ao longo do período da guerra⁵⁰ (Almeida & Marques, 2006).

- **A colaboração com outras forças** – Segundo o Decreto criador da Guarda Nacional Republicana, esta, foi criada com o intuito de afastar o exército de exercer funções policiais. Embora fosse esta a intenção, o exército continuava a cooperar com a GNR, para em conjunto conseguirem manter a segurança durante os muitos casos de greves violentas, manifestações ilegais e violentas e outros surgidos durante o conflito. No fundo a GNR cooperava com outras forças (Exército, Marinha, Guarda Fiscal, Polícia). Esta cooperação que era feita entre (GNR, Exército e Guarda Fiscal) prendia-se com o facto de estas forças serem constituídas por militares o que facilitava o seu modo de ação e de comando. Contudo, a polícia também se juntava diversas vezes à GNR para em conjunto tentarem suprimir os focos de criminalidade. No fundo estas forças colaboravam no sentido de travar a criminalidade violenta que se fazia sentir neste período.
- **Segurança e defesa de pontos sensíveis nacionais** – Fruto das vagas de assaltos e das diversas greves, manifestações e insurreições, pelas quais o país estava a passar, a GNR viu-se assim forçada a garantir a segurança de vários pontos sensíveis como os armazéns (onde se guardavam os alimentos), aos comboios que faziam o transporte de cereais e por vezes teve de fazer a segurança física a alguns dos órgãos de soberania e outras das principais instituições do Estado, prisões e empresas, incluindo bancos e minas. Esta força policial desempenhava estas missões para pôr cobro às pilhagens que os populares realizavam com frequência aos armazéns e aos comboios e mantinham a segurança de pontos sensíveis de modo a travar a fúria e o descontentamento que a população demonstrava nos ajuntamentos e manifestações que se iam realizando.

Para além destas novas missões, onde a GNR desempenhava normalmente o papel principal, a força foi igualmente atingida pelo fenómeno mais geral da clivagem nacional provocada pela beligerância e do recurso normal à violência para resolver as divergências políticas, tal como aconteceu com as Forças Armadas e as Polícias. Na sequência destes acontecimentos existiram elementos da GNR que se revoltavam contra o governo e que se

⁵⁰ Cfr. Apêndice H e I.

envolviam na luta de ruas. Aos estudarmos estas duas revoluções (o 14 de Maio em 1915⁵¹ e o Golpe de Sidónio em 1917⁵²) demos conta que estiveram presentes militares da GNR e da marinha envolvidos nestes golpes. Aquando estes golpes demos conta de que em regra a GNR nestas movimentações tendia a apoiar o governo, tal como fez em larga medida em 1915. Contudo em 1917 registou-se uma maior divisão, com algumas unidades da GNR a apoiarem o Governo enquanto outras estavam do lado do movimento do exército e da coligação encabeçada por Sidónio Pais

Perante este cenário, conseguimos assim entender que a atuação da GNR foi decisiva para a estabilização "possível" do país neste histórico período marcado pela anormalidade resultante da guerra. Para além da elevada instabilidade política no País, o período da Grande Guerra caracteriza-se económica e socialmente pela crise financeira, carestia de vida, conflituosidade social e agitação nas ruas, levando a Guarda Nacional Republicana a uma intensa atividade, sobretudo na frente interna.

5.4. Organização da Guarda Nacional Republicana 1911-1919

Neste subcapítulo iremos assim tentar perceber e demonstrar como evoluíram os quadros orgânicos da GNR desde 1911, data da sua criação, até 1919, um ano após os *términos* da primeira guerra mundial e de que modo é que a entrada de Portugal na guerra influenciou a propagação desta força por todo a quadrícula nacional. Iremos ainda demonstrar que o que estava previsto na lei nem sempre correspondia com a realidade como demonstram os Apêndices A a F.

Embora a bibliografia que fomos cruzando ao longo desta investigação não apresente dados muito diferentes, podemos concluir que os diversos autores que se debruçaram sobre esta temática apresentam resultados similares.

Conseguimos assim perceber que dado o grande nível de insegurança que estava presente no seio das populações, devido aos assaltos, greves, manifestações, entre outras situações que ocorriam com grande frequência, durante os primeiros anos da república, não conseguiam ser suprimidos devido à falta de militares que se fazia sentir. Já nesta altura os efetivos eram em número insuficiente para fazer face a todas as situações do dia a dia. Se ainda considerarmos que esta força foi criada de modo a que as polícias cívicas fossem

⁵¹ Cfr. Apêndice – Golpe de 14 de Maio de 1915.

⁵² Cfr. Apêndice – Golpe de Sidónio Pais - 5 De dezembro de 1917.

extintas e que esta iria assim ocupar todo o território nacional conseguimos deste modo reforçar a ideia anterior – de que a GNR tinha um quadro orgânico pobre⁵³.

Deste modo quando o Decreto – Lei de 1911, de 3 de maio vem extinguir a Guarda Republicana e cria assim a Guarda Nacional Republicana, define também como irão ser os quadros orgânicos e a disposição territorial que esta instituição terá que adotar. Para fazer face às necessidades que o país estava a passar em termos de policiamento o governo organizou a GNR tendo em conta a divisão administrativa do país por distritos⁵⁴, logo em cada distrito deveria estar implementada uma companhia, sendo que o conjunto de várias companhias formava assim um batalhão. Deste modo, em 1911, foram criados 6 Batalhões, o primeiro e o segundo sediados em Lisboa, o terceiro sediado em Évora, o quarto em Viseu, o quinto no Porto e o sexto em Braga, já o caso das ilhas foi diferente visto estar prevista uma companhia em Ponta Delgada e outra no Funchal. O escalão inferior às companhias eram então as secções e as secções dividiam-se em postos⁵⁵.

Ao analisarmos o Diário do Governo de 3 de maio de 1911 chegámos à conclusão que o quadro orgânico previsto não contemplava forças de cavalaria em toda a quadrícula nacional. Se escrutinarmos os anexos⁵⁶ da lei anteriormente elencada, percebemos que os distritos de Leiria, Santarém e Setúbal bem como os arquipélagos dos Açores e da Madeira não têm na sua constituição militares da arma de cavalaria. Não existe nenhum preceito no Decreto do Diário do Governo que indique o porquê deste facto ter ocorrido, contudo Marco Póvoa avança com uma teoria que tenta explicar o porquê de nestes três distritos do continente não estarem previstos elementos de cavalaria nos quadros orgânicos. No fundo Póvoa (2013), baseia-se no facto de Leiria, Santarém e Setúbal estarem localizadas com grande proximidade de Lisboa, ou seja, se fosse necessário intervir em algum deste pontos do território seria com brevidade que as forças de cavalaria da capital se deslocariam a qualquer ocorrência nestes locais já que Lisboa tinha cerca de 400 militares de cavalaria à sua disposição que pertenciam ao grupo de esquadrões. Segundo a bibliografia estudada percebemos que Portugal estava a passar por um período conturbado e que a missão primordial da cavalaria não era o patrulhamento, por outro lado esta era um meio valioso em missões de restabelecimento da ordem pública, logo, é de fácil entendimento que esta teoria apresentada por Marco Póvoa é plausível (Cezerales, 2011), (Almeida & Marques,

⁵³ Falamos em quadro orgânico pobre porque o número de efetivos reais não é coincidente com o que está regulamentado.

⁵⁴ Entenda-se por divisão administrativa – divisão pelos distritos.

⁵⁵ Denominados – “postos dos batalhões”.

⁵⁶ Cfr. Anexos relativos ao Decreto – Lei n.º103/1911, de 3 de maio.

2006) e (Rosas, 2010) . No fundo, os governantes acreditavam que se mantivessem uma grande concentração de militares em Lisboa, conseguiam afastar os que se lhe opunham pois a cidade estava bem protegida e guarnecida o que na realidade não acontecia. Apesar de o Decreto de criação da GNR ter decretado a constituição de forças para todo o território nacional, em 1911 só se chegaram a implementar 5 companhias em todo o território nacional (fora das regiões de Lisboa e do Porto) como podemos perceber pelo Apêndice A – Composição e Distribuição da Força em 1911.

Dá-se então uma nova alteração relativa à composição e distribuição das companhias da Guarda Nacional Republicana. É então que com o Decreto - Lei n.º 106/1912, de 7 de maio e OSGNR n.º 49/1912, de 8 de maio que a GNR sofre uma nova alteração. Tendo este preceito legal vindo alterar a constituição dos efetivos relativos às companhias de Setúbal, Santarém e Castelo Branco tendo as duas primeiras vindo a receber elementos de cavalaria pela primeira vez, enquanto foram todas reforçadas com elementos de infantaria. Logo podemos verificar que a companhia de Leiria passou assim a ser a única que não tinha militares da arma de cavalaria na sua constituição. Com esta alteração, a companhia de Setúbal deixou de ser uma secção e passou a ser uma companhia pertencendo esta ao batalhão número dois. Traduzindo estas alterações em números podemos constatar que a companhia de Castelo Branco teve um aumento de 4 militares de infantaria e de 31 de cavalaria. Já Santarém passou a ser composto por mais 53 militares de cavalaria e menos 30 militares de infantaria enquanto Setúbal recebeu 92 militares de infantaria e 66 de cavalaria⁵⁷.

Embora já em 1911 estivessem previstas a constituição das companhias de Braga e de Bragança só em fevereiro de 1913 é que o governo dá ordem para as mesmas serem “organizadas” como refere o OSGNR n.º 22/1913, de 24 de fevereiro, contudo só em 1914 é que estas companhias são criadas e implementadas⁵⁸. Com estes factos conseguimos entender que só passados três anos é que se começou a dar os primeiros passos para a constituição física destas companhias como refere Cezerales (2011) e Moura (2014).

Passados alguns meses a organização da GNR que estava prevista por um Decreto do Diário do Governo provisório, necessitando assim de aprovação posterior, vem receber esta confirmação com a Lei n.º 1/1913, de 1 de julho. Esta lei vem assim aumentar o

⁵⁷ Em relação ao efetivo das outras companhias não existiu mudanças significativas, logo decidimos não abordar em pormenor devido à limitação de páginas deste trabalho.

⁵⁸ Cfr. Apêndice D – Composição e Distribuição da Força em 1911.

número de efetivos humanos e animais⁵⁹ já que a companhia de Setúbal viu-se aumentada em militares de cavalaria. Este preceito legal vem trazer algumas alterações interessantes já que alterou a orgânica que vinha do antecedente, ou seja, é com esta lei que os arquipélagos da Madeira e dos Açores passam a conter elementos de cavalaria conforme vem expresso na Lei n.º 1/1913, de 1 de julho e na OSGNR n.º 80/1913, de 24 de julho. Embora esta lei previsse que deveriam existir companhias constituídas nos arquipélagos da Madeira e do Açores importa salientar que estas só foram implementadas em 1919 e 1920 respetivamente⁶⁰. Importa ainda salientar o facto de esta lei ter aumentado mais um esquadrão em Lisboa passando assim a ser quatro o número de esquadrões. No entanto como refere Cezerales (2011) em 1917 apenas estavam criados 3 esquadrões não se cumprindo o que estava na lei. Para percebermos que o que constava na lei ainda não estava a ser cumprido e compararmos a realidade, com o que estava legislado em 1913 elaborámos o Apêndice C – Composição e Distribuição da Força em 1913 que ajuda a perceber a situação em que a GNR se encontrava.

Embora nós não tenhamos entrado diretamente no conflito aquando o despoletar da primeira guerra mundial, e nos primeiros anos nos tenhamos mantido afastados do teatro de operações que decorreu em França, Portugal manteve desde 1914 uma ligação indireta com a guerra. Quero com isto dizer que desde o primeiro ano em que a primeira guerra mundial começou, os portugueses desde logo enviaram expedições para África de modo a proteger as colónias, sem nunca sequer se ter feito uma declaração formal de guerra entre estes dois atores do teatro internacional. Por este motivo, Portugal sentiu desde logo a necessidade de destacar militares para as colónias, não podemos considerar este facto tão ditador como a mobilização nacional que ocorreu aquando a declaração de guerra por parte da Alemanha a Portugal em 1916. Mas por outro lado, esta mobilização tanto a nível de meios humanos como de materiais que iam sendo despendidos para as colónias faziam moessa dentro do território nacional. Independentemente de todas estas adversidades neste ano foram criadas as companhias de Coimbra, Braga, Guarda e Bragança como demonstra a figura n.º 7 do Apêndice D – Composição e Distribuição da Força em 1914.

Contudo e para piorar a situação interna, a Alemanha declara guerra a Portugal em 1916⁶¹. Como percebemos pela análise que fizemos no subcapítulo 4.3 Situação Económica, conseguimos perceber que Portugal não estava a passar por uma boa fase a

⁵⁹ Já que o número de solípedes também foi aumentado.

⁶⁰ Cfr. Apêndices A,B,C,D,E e F.

⁶¹ Cfr. 4.2 Participação Portuguesa no Conflito.

nível económico e o esforço de guerra só piorou a situação do país. Este facto aliado à situação do exército ter deixado de enviar os seus militares para a GNR⁶² e de por outro lado a GNR ter enviado militares para prestar serviço em unidades do exército que estavam a ser mobilizadas para a guerra constituiu assim dois dos grandes motivos para o atraso do alastramento desta força por todo o território nacional.

Por um lado, a crise financeira levava a que não houvesse capital para constituir novas unidades no país e por outro lado, os militares da guarda estavam, também, a ser mobilizados para fora do país, nomeadamente, para as colónias e para a Flandres. Logo, baseando-nos nestes factos, deduzimos que o esforço de guerra foi um dos motivos pelos quais em 1916 ainda nem todas as companhias previstas na Lei n.º 1/1913, de 1 de julho estavam implementadas. Deste modo, em 1916 existiam algumas companhias que ainda não estavam implementadas devido sobretudo a não existir orçamento para que a constituição delas avançasse. Desta forma, o governo da altura apoiava a ideia de que existiam zonas prioritárias às quais se devia dar uma resposta mais rápida fruto das necessidades da região em causa, mesmo que não existissem as verbas necessárias, e mesmo que esta situação não estivesse plasmada no orçamento de estado. Como está plasmado no Decreto - Lei n.º 2.584/1916 de 24 de agosto “ A Lei de 1 de julho de 1913 que organizou definitivamente a Guarda Nacional Republicana, não está ainda em completa execução, havendo por organizar diversas unidades em vários distritos do país (...) mas, se há unidades cuja organização pode aguardar oportunidade, outras há em que ela é de necessidade imediata e urgente por várias circunstâncias” e como iremos poder constatar na próxima citação a constituição das companhias de Vila Real e de Leiria estavam no topo da lista, tendo estas prioridade máxima para ser implementadas mesmo este facto não estando contemplado no orçamento de estado. Já que segundo o Decreto - Lei n.º 2.584/1916 de 24 de agosto “... sendo que no orçamento para o corrente ano não se acham escritas as necessárias verbas destinadas à organização daquelas companhias (...) É autorizada a organização imediata das companhias da Guarda Nacional Republicana destinadas a Vila Real e Leiria (...) em conformidade com a tabela n.º1 da Lei de 1 de julho de 1913.” Decreto - Lei n.º 2.584/1916 de 24 de agosto. Embora estas companhias estivessem com a prioridade de que falámos anteriormente, só chegam mesmo a ser constituídas em 1917 fruto das adversidades pelas quais o país estava a passar, quer a nível interno quer a nível externo, fruto do esforço que estava a ser feito com a guerra. Deste

⁶² Já que os militares da GNR eram recrutados a partir dos militares que prestavam serviço no exército e na armada, desde que cumprissem os requisitos que a lei o exigia.

modo só em 1917 é que as companhias de Leiria e Vila Real são implementadas como se pode verificar no Apêndice E – Composição e Distribuição da Força em 1917.

Segundo o Decreto – Lei n.º 4.17/1918 de 9 de maio conjugada com a OSGNR n.º 22/1918 de 7 de maio, o batalhão n.º 1 vê assim a sua orgânica ser aumentada em uma companhia, sendo o efetivo desta igual às outras já constituídas, ou seja, sensivelmente 212 militares. Esta alteração de adicionar uma companhia ao batalhão número um, prende-se com o facto de o legislador da altura pensar que os efetivos que prestavam serviço na zona de Lisboa serem insuficientes, não conseguindo assim darem resposta às ocorrências que iam sucedendo e por sua vez não conseguiam manter a ordem e tranquilidade públicas. Na realidade segundo Cezerales (2011), esta nova companhia não chegaria sequer a ser organizada e muito menos constituída.

Tendo em conta os dados e as informações que fomos trabalhando, a GNR sofreu a sua maior transformação a nível organizacional em 1919 através do Decreto – Lei n.º 5568/1919 de 10 de maio já que o governo da altura decidiu reorganizar a força e aumentar o seu quadro orgânico em relação ao número de militares, aumentando assim os mesmos. Cruzando dados do Anuário da GNR de 1922 com Cezerales (2011), com Santos (1999) e com Póvoa (2013) conseguimos chegar à conclusão que em 1919 a Guarda Nacional Republicana contava com um efetivo de cerca de 19.000 homens diferente dos cerca de 5.000 que continha em 1913. Deste modo conseguimos entender que como diz (Póvoa, 2013, p. 71) existiu “um aumento percentual de 323,9%” em relação ao efetivo previsto em de 1913”. Segundo Santos (1999), neste ano, surgiram inúmeras alterações quanto à organização e distribuição dos efetivos desta força um pouco por todo o país. O governo estava assim a caminhar para constituir a força nacional que estava prevista desde o Decreto da sua criação em 1911. Com o intuito de ir ao encontro da vontade do legislador a OSGNR n.º 61/1919 de 26 de dezembro vem assim criar e ordenar que se instale a companhia do Funchal que já estava prevista desde 1911. Já a companhia que devia estar sediada em Angra do Heroísmo só foi constituída no ano seguinte, no dia 26 de fevereiro de 1920 com a OSGNR n.º 19/1920 de 15 de maio. Com estas alterações, a GNR passou a ter nos seus quadros novas valências como a artilharia, metralhadoras pesadas, metralhadoras ligeiras e telegrafistas. No entanto, apesar de estas valências terem sido atribuídas à GNR algumas delas foram destituídas ainda neste ano. Isto deveu-se sobretudo por estas novas atribuições acarretarem um enorme custo à instituição e não trazerem

nenhum benefício para o serviço⁶³. No nosso entender esta situação decorre do facto de já se começar a pensar em utilizar cada vez mais os meios menos letais no sentido de passar a ideia que a grande missão de uma força de segurança é em última instância neutralizar os adversários e não provocar-lhes a morte. Não são apenas estas unidades que sofrem alterações, segundo a OSGNR n.º 43/1919 de 12 de setembro o esquadrão número 2, que tinha a sua sede em Lisboa, viu os seus militares serem distribuídos por Coimbra (Esquadrão n.º1), Santarém (Esquadrão n.º2) e Beja (Esquadrão n.º3). O Decreto – Lei n.º 5568/1919 de 10 de maio foi assim o primeiro em que veio especificado que a GNR deveria colaborar com a Polícia Cívica e com a Guarda Fiscal, ou seja, pela primeira vez o governo emana um Decreto onde vem exposto que estas instituições devem alterar a sua conduta e forma de agir de modo a que consigam trabalhar em conjunto sem incidentes. No fundo estas instituições devem adotar “modalidades de ação” semelhantes de modo a que seja facilitada a sua atuação em conjunto. Este decreto vem ainda alterar o modelo de recrutamento que estava implementado até então porque a partir desta data a GNR passou assim a admitir voluntários entre os 16 e os 40 anos de idade, que respeitassem os quesitos⁶⁴ que vinham do antecedente.

Aos poucos, a Guarda ia chegando a todos os pontos do continente, indo-se assim implementando por todos os concelhos do país. Segundo (Brito, 2010, p. 67) “Em 1922 existiam (ou estavam previstos) 274 postos e 206 subpostos, perfazendo um total de 480 unidades.” e 252 postos que estavam implementados em 1922 mantiveram-se até 2008 (Brito, 2010). Ou seja, 252 dos 480 postos e subpostos previstos em 1922 ainda se mantinham no ano de 2008.

Após a Guarda Nacional Republicana sofrer todas estas alterações, só voltaria a passar por uma nova reestruturação no que toca à sua organização em 1920 através do Regulamento para o Serviço Rural da Guarda⁶⁵.

⁶³ Cfr. OSGNR n.º 42/1919 de 1 de setembro e OSGNR n.º 43/1919 de 12 de setembro.

⁶⁴ Ser possuidor de boa robustez física, saber ler, escrever e contar.

⁶⁵ Cfr. Decreto n.º 6.950/1920 de 20 de agosto.

Capítulo 6

Conclusões e Recomendações

6.1. Introdução

Este último capítulo marca a etapa final da investigação, onde se responde às QI e à nossa QC. Conjuntamente foi também averiguado o cumprimento dos objetivos estabelecidos. Por fim serão expostas algumas das dificuldades sentidas e algumas linhas orientadoras para futuras investigações.

6.2. Resposta às Questões de Investigação

Primeira Questão de Investigação: **“Que alterações sofreu a GNR ao nível organizacional?”** A resposta a esta pergunta surge no seguimento do estudo que efetuámos sobre o modo como a Grande Guerra afetou a constituição orgânica da GNR. Em 1916, quando a Alemanha declara guerra a Portugal, a Guarda Nacional Republicana contava com poucos anos de existência, sendo alvo de constantes mudanças. Concluímos também que o decreto fundador desta força de cariz militar previa que a mesma com a Guarda Fiscal passassem a ser as únicas forças de segurança a nível nacional. Conseguimos assim perceber que segundo esta organização, a GNR passaria a ter uma companhia em todos os distritos do país. Para além disso, ainda em 1916, a GNR não viu o seu quadro orgânico ser aumentado. Por outro lado em 1917 foram estabelecidas as companhias de Vila Real, Aveiro e Viseu o que fez com que Portugal passasse a poder contar com quinze companhias em todo o seu território⁶⁶. O mesmo já não se passou em 1918. Segundo o Decreto – Lei n.º 4.179/1918 de 1 de junho, conjugada com a OSGNR n.º 22/1918 de 7 de junho o batalhão n.º 1 viu a sua orgânica ser aumentada em uma

⁶⁶ Cfr. Apêndice E – Composição e Distribuição da Força em 1917.

companhia, o que na realidade nunca se chega a concretizar. Ou seja, no ano de 1918 a GNR não consegue cumprir a lei que prevê a sua constituição orgânica por não ser capaz de se alastrar por todo o território nacional. Este facto só se chega a concretizar depois do *términos* da guerra, em 1919, como podemos comprovar ao analisarmos o Apêndice F – Composição e Distribuição da Força em 1919.

Fruto da análise que fizemos sobre as alterações a que a GNR esteve sujeita chegámos à conclusão que só em 1919 é que esta força se implementou por todo o território nacional tendo a guerra atrasado a sua expansão nos anos de 1916 a 1918. Durante a guerra, porém, as novas missões implicaram mudanças efetivas a nível das orgânicas operacionais, com a adoção de uma nova organização das unidades adaptada à luta de ruas contra grupos organizados, armados e com formação militar, algo não previsto em 1911.

Segunda Questão de Investigação: **“De que modo a GNR esteve presente na Grande Guerra?”**

Ao fazermos o ponto de situação da análise decorrente deste trabalho de investigação, conseguimos comprovar e perceber que a GNR não teve apenas um papel importante dentro do território nacional, chegando nalgumas situações a ser preponderante. Verificamos igualmente que a GNR teve um papel pioneiro e muito moderno de colaboração com uma força militar projetada para o exterior, o que se confirma pela tabela n.º1, relativos ao efetivo presente no teatro de operações em França. Conseguimos ainda apresentar outras missões inovadoras que esta força desempenhou fora do território nacional durante a Grande Guerra, como aconteceu em Moçambique. Com o trabalho realizado, percebemos que a GNR desempenhou funções na área da retaguarda em França, tendo para esse efeito integrado unidades do CEP das quais destacamos as seguintes: Depósitos de Infantaria CEP, Depósito de Cavalaria CEP, Depósito de Remonta CEP, Depósito de Serviço Veterinário CEP, Depósito de Material de Aquartelamento CEP, Depósito de Bagagens CEP, Destacamentos de Polícia CEP, Escoltas e Serviços de Polícia CEP, Quartel General do CEP. Com base no estudo das OSGEGNR, das OSGNR e das ordens de serviço dos Batalhões n.º1 e n.º2, verificámos que foram destacados para França pelo menos duzentas e setenta e duas praças, cinco sargentos e cinquenta e dois oficiais. Para o efeito, os militares tinham a função de garantir a segurança aos diversos depósitos e às bagagens que vinham de Portugal, de modo a garantir que não desaparecesse material crítico, sobretudo material de guerra. A GNR tinha ainda missões de manutenção da disciplina, de combate às deserções e insubordinações, da proteção de altas entidades e da

escolta a prisioneiros de guerra. Para estes efeitos, a GNR enviou para França unidades de cavalaria e, como os dois únicos esquadrões de cavalaria do CEP passaram rapidamente a ciclistas, podemos dizer que foi a única força que manteve unidades de cavalaria a cavalo em França até ao final da guerra.

Terceira Questão de Investigação: **“Qual foi o contributo que a GNR veio dar a Portugal durante a Grande Guerra?”**

Com a análise que realizámos, conseguimos entender que Portugal se encontrava num clima de forte clivagem interna, com recurso frequente à violência, que alguns autores classificam de “guerra civil intermitente”. A GNR era a principal organização que tinha a função de manter a ordem e a segurança dentro de fronteiras. Esta força de segurança deu assim um grande contributo a Portugal porque desempenhou um papel fundamental no controlo dos grevistas e dos manifestantes ilegais e violentos, que se registavam nas grandes cidades, bem como no funcionamento dos abastecimentos, essenciais para alimentar a população e na saúde pública, durante as fortes epidemias de 1918 (as maiores registadas em Portugal até hoje).

A GNR era a principal força que moderava e controlava os grupos armados e violentos que atuavam fora da legalidade. Ela própria, no entanto, era atingida pelas clivagens nacionais, o que fazia com que alguns dos seus elementos e unidades participassem ativamente nas revoluções e golpes destes anos. É de salientar que, depois de uma revolução vencer, a primeira preocupação do novo Governo era colocar oficiais da sua confiança no comando da GNR.

A fiscalização, controlo e o racionamento de bens de primeira necessidade passou também a ser uma atividade diária da GNR. Devido aos frequentes assaltos violentos, esta força passou assim a realizar segurança física a pontos sensíveis (como os armazéns que guardavam os bens de primeira necessidade) e a fiscalizar e controlar a venda destes mesmos bens de modo a evitar a especulação de preços e o açambarcamento. Durante este período, a GNR também sentiu a necessidade de escoltar o transporte das colheitas, para impedir que fossem roubadas.

6.3. Resposta à Questão Central

Socorrendo-nos de todo o trabalho desenvolvido, desde o primeiro ao último capítulo é-nos agora possível dar uma resposta à Questão Central, dando por consequente uma resposta à nossa problemática, **“O que mudou na GNR com a guerra e porquê?”**.

Na sequência de todo o esforço efetuado ao longo desta investigação conseguimos perceber que a GNR não é uma força estanque, adaptando-se assim às necessidades da população e às adversidades constantes pelas quais o país se vê forçado a enfrentar.

No momento em que começa a Grande Guerra na Europa, a GNR ainda se encontrava numa fase muito embrionária, queremos com isto dizer que esta força ainda estava a dar os primeiros passos para se expandir para todo o território nacional, como previa a Lei n.º 1/1913, de 1 de julho. Portugal encontrava-se numa situação económica, social e política bastante adversa que se foi agravando com a entrada do país no conflito. Estava previsto no Decreto acima mencionado que esta força deveria ter implementado uma companhia em todos os distritos do país incluindo os arquipélagos da Madeira e dos Açores. Conseguimos observar que em 1916 e 1918 esta força não demonstrou avanços no que toca à constituição das companhias que estavam previstas sobretudo por motivos económicos e pelo esforço que estava a ser feito com a guerra. Contudo como já foi demonstrado no decorrer deste trabalho, a entrada dos portugueses no conflito, constitui um dos motivos do atraso no processo, que levou a que só em 1920 a GNR tenha abarcado todo o território nacional, tal como previsto em 1911.

A guerra vem ainda trazer algumas mudanças no seio desta força de segurança. Com o terminar da guerra as condições para concorrer à GNR são alteradas já que esta força passa a dar preferência a militares expedicionários, como está presente no Decreto 3:328/1917, de 3 de setembro.

Embora se tenham verificado alterações a nível organizacional e ao nível do recrutamento a grande mudança pela qual a GNR passou prendeu-se com o facto de ter de adaptar as suas missões em relação ao que estava previsto na Lei n.º 1/1913, de 1 de julho. Quando esta força foi criada e mesmo depois da reestruturação com a Lei n.º 1/1913, de 1 de julho não estava prevista uma panóplia de missões que a GNR passaria a desempenhar. Esta força foi criada com o intuito de zelar pela segurança pública no território nacional não estando assim previsto que esta poderia ser destacada para desempenhar missões fora de Portugal. Quando esta força foi criada, ainda não se estava a desenrolar um conflito na Europa, logo, quando são destacados elementos da GNR para desempenhar funções fora de Portugal, esta força de segurança depara-se com o facto de se ter de adaptar a uma nova realidade. Como foi abordado no capítulo anterior, a Guarda Nacional Republicana chegou

mesmo a destacar subunidades constituídas para França em que a função destas era realizar segurança à área da retaguarda do CEP. No fundo, a GNR assegurava que o material dos depósitos não desaparecia e que as bagagens chegavam ao destino sem incidentes. Importa ainda salientar que a GNR foi a única força do CEP que manteve militares a cavalo na sua constituição, já que o Grupo de Esquadrões do CEP converteu-se num Grupo de Companhias de Ciclistas, substituindo assim os cavalos por bicicletas.

Dentro das fronteiras a GNR também sentiu a necessidade de se adaptar a uma nova realidade, com várias missões não previstas inicialmente. Destacamos como mais importantes as seguintes:

- A participação no processo de requisição das colheitas a preços tabelados, que implicava grandes operações sazonais, onde se garantia a segurança do transporte das colheitas para as estações e a escolta dos comboios até ao seu destino.
- A participação no combate ao muito amplo “mercado negro”, ou seja, a venda de bens acima dos preços legais;
- A segurança do sistema de racionamento, que implicava a segurança dos armazéns e depósitos, do transporte e das lojas;
- O combate a fenómenos ilegais novos como as vagas de assalto, organizadas por grupos armados e com formação militar;
- A colaboração com outras forças (Exército, Guarda Fiscal, Polícia) para manutenção da segurança durante os muitos casos de greves violentas, manifestações ilegais e violentas e outros surgidos durante o conflito;
- A colaboração na mobilização e a segurança dos embarques de tropas, em particular dos embarques para França.

Para além destas novas missões, onde a GNR desempenhava normalmente o papel principal, a força foi igualmente atingida pelo fenómeno mais geral da clivagem nacional provocada pela beligerância e do recurso normal à violência para resolver as divergências políticas, tal como aconteceu com as Forças Armadas e as Polícias. Significa isto que, de forma quase inevitável a GNR se viu envolvida na luta de ruas nas duas revoluções registadas durante a guerra (1915 e 1918) e em alguns dos golpes registados. Em regra a GNR nestas movimentações tendia a apoiar o Governo, tal como fez em larga medida em 1915. Em 1917, porém, registou-se uma maior divisão, com algumas unidades da GNR a apoiarem o Governo enquanto outras estavam do lado do movimento encabeçado por Sidónio Pais.

Em suma, podemos concluir que a GNR teve de assumir uma postura flexível, tendo assim de se adaptar e de alterar as suas novas missões para fazer face às vicissitudes que a guerra veio trazer a Portugal.

6.4. Limitações da Investigação

No decorrer da investigação verificaram-se algumas limitações e barreiras que dificultaram este percurso. Inicialmente, uma limitação encontrada foi a falta de conhecimentos nesta área. Com o auxílio do orientador e análise bibliográfica, foram-se adquirindo os conhecimentos mínimos, necessários ao arranque da investigação.

O seminário ministrado no 4º Ano, que nos prepara para esta investigação deveria ser ministrado num outro ano. Os ensinamentos fornecidos na mesma, teriam sido necessários para as etapas iniciais, sendo estes adquiridos após a sua execução e entrega, nomeadamente o Projeto de Trabalho de Investigação Aplicada.

Este trabalho de investigação tem por base uma análise do tipo bibliográfica, o que requer que seja despendido muito tempo na vasta análise documental de testemunhos e de toda a documentação existente da época. Importa ainda salientar que existiu outro fator que nos restringiu na obtenção de dados para este trabalho que foi o facto de não conseguirmos ter acesso às OSGEGNR referentes ao ano de 1918.

Apesar de todos estes contratempos, na nossa opinião, o fator limitador deste Projeto de Trabalho de Investigação Aplicada foi a restrição que existe relativamente ao número de páginas para realizar este trabalho. Considerando assim que cinquenta e cinco páginas para a realização do mesmo é pouco.

6.5. Propostas de Investigações Futuras

Seria deveras interessante estudar e tentar entender que perceção tinha a população, os cronistas, a imprensa, entre outros, da Guarda Nacional Republicana, já que o estudo que realizamos não se centra em criticar a atuação da GNR

Um estudo aprofundado sobre a Guarda Republicana de Lourenço Marques e sobre os anos posteriores à Guerra seria assim uma investigação desafiante para dar continuidade e complementar o presente trabalho.

Bibliografia

Fundos Consultados

Arquivo Histórico da Guarda Nacional Republicana (Portugal, Lisboa).
Divisão de História e Cultura da Guarda Nacional Republicana (DHCGNR).
Arquivo Histórico Militar (AHM).

Fontes Primárias

Anuário da Guarda Nacional Republicana (1922, 1924).
Ordens de serviço do Comando Geral das Guardas Municipais (1904-1910).
Ordens de serviço do Comando Geral da Guarda Republicana (1910-1911).
Ordens à Guarda do Comando Geral da Guarda Nacional Republicana (1911-1919).
Jornal *A Capital*, I Série (1910-1938).
Ilustração Portuguesa (1903-1923).

Fontes editadas:

[s.a.]. (1923). *Guia Policial Para Serviço da Guarda Nacional Republicana*. Lisboa: Tipografia e Papelaria Americana.

Academia Militar. (2013). *NEP n.º 520 – Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) (2ª ed.)*. Lisboa: Academia Militar.

Almeida, P. T., & Marques, T. P. (2006). *Lei e Ordem, Justiça Penal, Criminalidade e Polícia (Séculos XIX-XX)*. Lisboa: Livros Horizonte.

Andrade, N. (2011). *100 Anos - Guarda Nacional Republicana [1911-2011]*. Lisboa: Guerra e Paz.

Beça, A. (1922). *Lições Da Grande Guerra*. [S.l.]: [S.n.].

- Bilbert, M. (2007). *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Botelho, A. (1949). *Origens Da Guarda Nacional Republicana : I Parte, A Guarda Real Da Polícia : Esboço Histórico*. Lisboa: Tipografia da Guarda Nacional Republicana.
- Brito, J. (2010). *O Modelo De Polícia Dos Postos Da Guarda*. Castelo Branco: [s.l.].
- Carneiro, L. M. (2001). *Regimento de Cavalaria: Guarda Nacional Republicana*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Cezerales, D. P. (2011). *Portugal á Coronhada - Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Cortesão, J. (1919). *Memórias da Grande Guerra, (1916-1919)*. Porto: Edição da Renascença Portuguesa.
- Cruz, N. (2013). *As Forças de Gendarmerie nas Operações de Estabilização e Reconstrução de Estados*. [Policopiado] Lisboa: Academia Militar.
- Delgado, H. (1937). *Auxiliar Do Graduado do Exército: Guerra de Ruas e Guerra de Guerrilhas*. Tomar: A Gráfica.
- Fraga, L. M. (1996). *Portugal na Grande Guerra. O Recrutamento, A Mobilização e o Roulement Nas Frentes de Combate. Factos e Números*. Lisboa.
- Gomez, H. (1998). *Na Encruzilhada da Grande Guerra: Portugal-Espanha 1913-1919 (tradução)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Gonçalves, J. (1989). *Sidónio Pais E A participação Portuguesa Na Guerra 1914-1918*. Lisboa: [S.n.].
- Lains, P. (2003). *Os progressos do atraso. Uma nova história económica de Portugal, 1842-1992*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Lopes, C. (2012). *Os portugueses na Grande Guerra - Uma experiência de combate e de cativo*. Lisboa.
- Marques, A. H. ([s.d.]). Coleção Horizonte. *A 1ª República Portuguesa (Para Uma Visão Estrutural)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Marques, I. (2008). *Das Trincheiras, Com Saudade*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Martins, G. (1942). *A Cooperação Anglo-Portuguesa na Grande Guerra de 1914-1918*. Lisboa: Tipografia da L.C.G.G.
- Martins, M. (2014). *A Conversão Do Grupo De Esquadrões Em Grupo De Ciclistas, Na Frente Ocidental*. [Policopiado] Lisboa: Academia Militar.
- Martins, N., & Duarte, A. ([S.a.]). *A Primeira República e a Sustentabilidade das Finanças Públicas*. [S.l.]: [S.n.].

- Mata, E., & Valério, N. (2003). *História Económica de Portugal: Uma Perspectiva Global*. Lisboa: Editorial Presença.
- Mateus, A. (1998). *Economia Portuguesa: Desde 1910*. Lisboa: Verbo.
- Medeiros, J. (2014). *O Apoio Logístico Ao CEP: Comparação entre a Doutrina Portuguesa e Inglesa e a Adequação do Apoio Logístico às Necessidades do CEP*. [Policopiado] Lisboa: Academia Militar.
- Moura, R. (2014). *A participação da Guarda Nacional Republicana na Grande Guerra*. Lisboa: [s.l.].
- Oliveira, M. (2005). *Como fazer Projetos, Relatórios, Monografias, Dissertações e Teses*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Pires, A. (Setembro de 2014). Uma Mobilização Sem Precedentes. *Portugal Durante a Grande Guerra*, pp. 18-20.
- Póvoa, M. (2013). *Policiar Portugal: A Guarda Nacional Republicana , 1911-1946*. Lisboa.
- Raymond, Q., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual De Investigação Em Ciências Sociais*. Lisboa: Gravida.
- Rita, F. (2013). *Na Sombra do Expedicionário: A Vida em Combate de Soldados Portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Porto: Fronteira do Caos.
- Rodrigues, N. (2014). *A Revolução 14 Maio De 1915*. [Policopiado] Pedrouços: Instituto De Estudos Superiores Militares.
- Rosas, F. (2010). *Lisboa Revolucionária, 1908-1875*. Lisboa: Tinta da China.
- Rosas, F., & Rollo, M. F. (2009). *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-Da-China.
- Santos, A. P. (1999). *O Estado e a Ordem Pública: As Instituições Militares Portuguesas*. Lisboa.
- Sarmento, M. (2013). *Guia Prático Sobre Metodologia Científica*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Teixeira, N. (1996). *O Poder e a Guerra 1914-1918: Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editora Estampa.
- Telo, A. J. (2010). *Primeira Republica I - Do Sonho À Realidade*. Lisboa: Editorial Presença.
- Telo, A. J. (2011). *Primeira República II - Como Cai Um Regime*. Lisboa: Editorial Presença.

Legislação e Documentação Institucional:

Decreto – Lei n.º 2:584/1916 de 24 de agosto. *Diário do Governo*, I Série, n.º170, 815-818.
Ministério do Interior.

Decreto – Lei de 1911, de 3 de maio. *Diário do Governo*, I Série, n.º103, 1813-1820.
Ministério do Interior.

Decreto – Lei n.º130/1911, de 5 de junho. *Diário do Governo*, I Série, n.º130, 2409-2414.
Ministério do Interior.

Decreto – Lei n.º3:328/1917 de 3 de setembro. *Diário do Governo*, I Série, n.º149, 755-756. Ministério do Interior.

Decreto – Lei de 1910, de 13 de outubro. *Diário do Governo*, I Série.

Decreto – Lei n.º93/1918, de 1 de maio. *Diário do Governo*, I Série, n.º93, 563-564.
Ministério do Interior.

Ordem de Serviço do Comando Geral da Guarda Nacional Republicana n.º 3/ 1911, de 8 de maio.

Ordem de Serviço do Comando Geral da Guarda Nacional Republicana n.º 103/1911, de 29 de dezembro.

Ordem de Serviço do Comando Geral da Guarda Nacional Republicana n.º 119/1917 de 29 de abril.

Apêndices

Apêndice A

Composição e Distribuição da Força em 1911

Como conseguimos constatar ao longo da nossa investigação nem sempre o que se passa na realidade está de acordo com a lei. Como podemos verificar, a figura n.º7, demonstra como deveria estar implementada a GNR em Portugal. Contudo devido às diversas adversidades que são explicadas no subcapítulo 5.1 e 5.2 esta situação não se verifica tendo a implementação desta força sido atrasada. Perante este facto em 1911 a GNR tinha apenas 5 companhias constituídas como está plasmado na figura n.º 8, não respeitando o que dizia o decreto da criação/constituição. Segundo este decreto a GNR deveria ter instaurada uma companhia em todos os distritos incluindo ilhas (ver figura n.º 7) o que não se chega a concretizar.

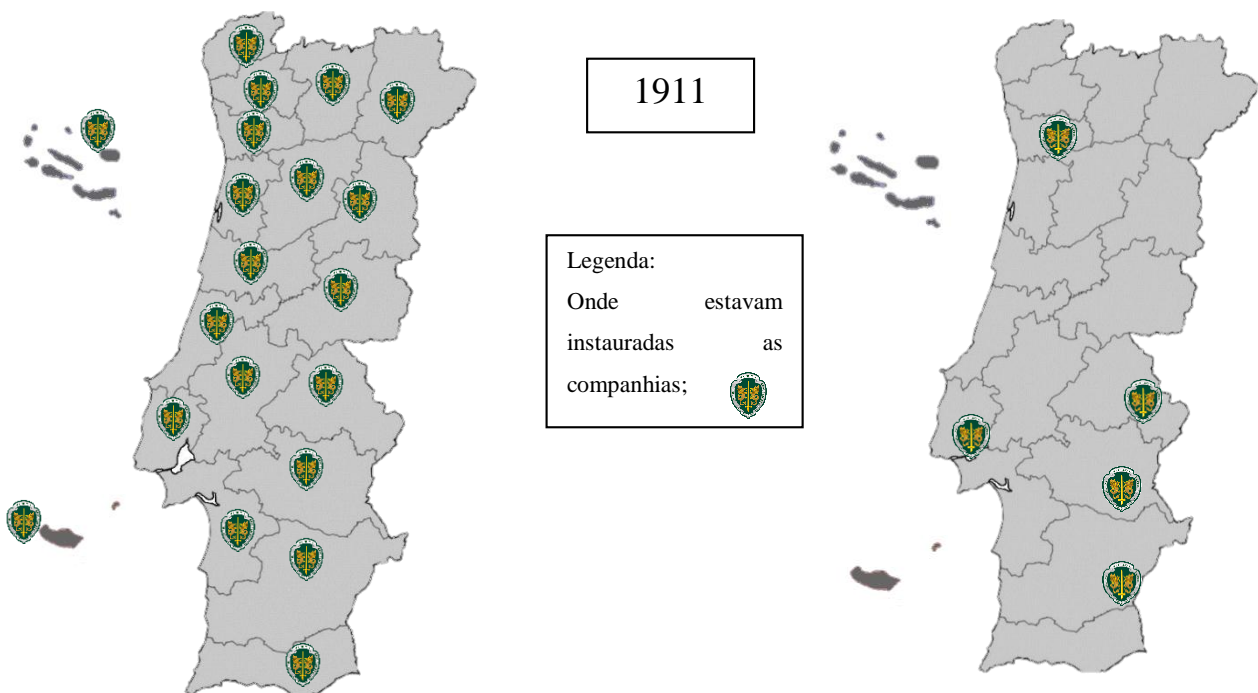


Figura n.º 7 – Disposição Territorial que estava prevista no Decreto – Lei n.º103/1911, de 3 de Maio.

Fonte: Elaboração Própria.

Figura n.º 6 – Disposição territorial que demonstrava a realidade em 1911.

Fonte: Elaboração Própria.

Apêndice B

Composição e Distribuição da Força em 1912

Com o Decreto - Lei n.º 106/1912, de 7 de maio e OSGNR n.º 49/1912, de 8 de maio, a GNR sofre uma nova alteração. Tendo este preceito legal vindo alterar a constituição dos efetivos relativos às companhias de Setúbal, Santarém e Castelo Branco passando as duas primeiras a conter na sua organização elementos da arma de cavalaria pela primeira vez. Logo podemos verificar que a companhia de Leiria passou a ser a única que não tinha militares da arma de cavalaria na sua constituição. Embora este decreto tenha alterado a constituição orgânica da GNR, com a figura n.º 10, demonstramos que a GNR de 1911 para o ano de 1912 apenas aumentou ao seu efetivo 3 companhias Setúbal (que deixou de ser seção e passou a ser uma companhia), Santarém e Castelo Branco.

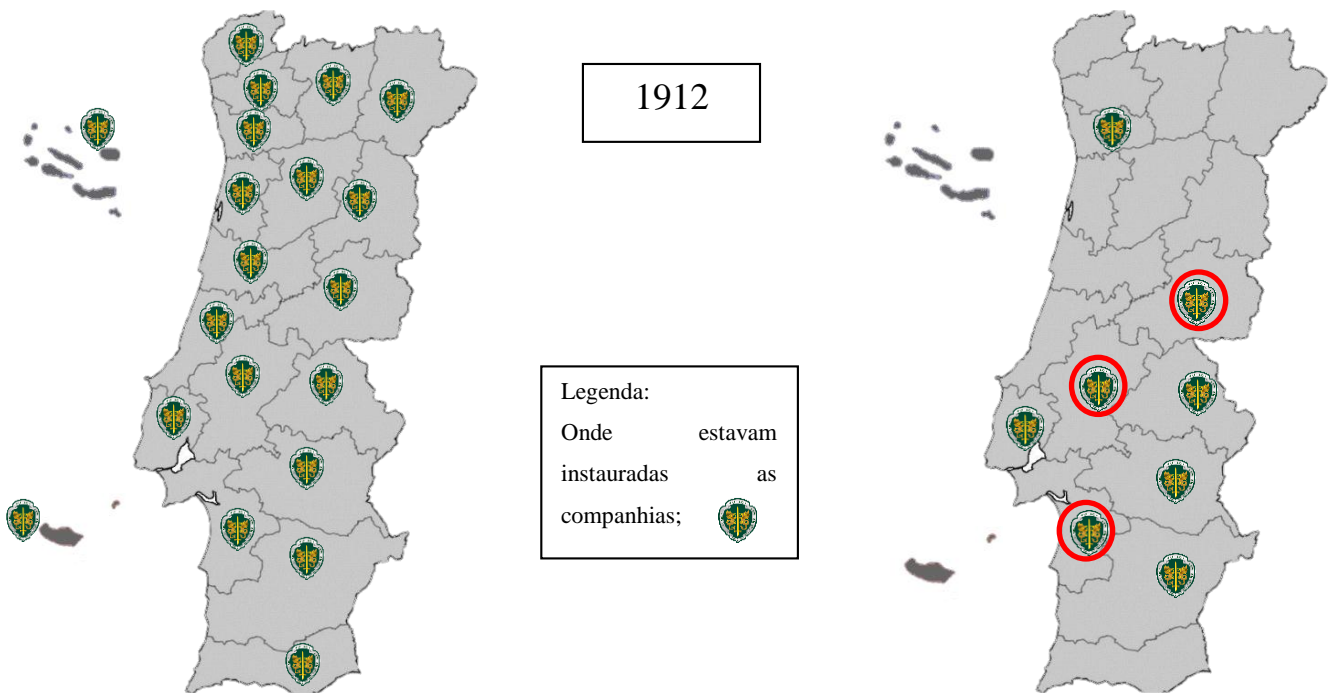


Figura n.º 8 – Disposição territorial que estava prevista por lei.

Fonte: Elaboração Própria.

Figura n.º 9 – Disposição territorial que demonstrava a realidade em 1913.

Fonte: Elaboração Própria.

Apêndice C

Composição e Distribuição da Força em 1913

Passados alguns meses, a organização da GNR que estava prevista por um decreto do Diário do Governo provisório, necessitando assim de aprovação posterior, vem receber esta confirmação com a Lei n.º 1/1913, de 1 de julho. Esta lei vem trazer algumas alterações e com esta os arquipélagos da Madeira e dos Açores passam a conter elementos de cavalaria.

Importa ainda salientar o facto de esta lei ter aumentado mais um esquadrão em Lisboa passando assim a ser 4 esquadrões contudo como refere Cezerales (2011), em 1917 apenas estavam criados 3 esquadrões não se cumprindo o que estava na lei. Como podemos verificar pela Figura n.º12, em 1913 a única companhia que foi instaurada em Portugal foi a companhia de Faro.

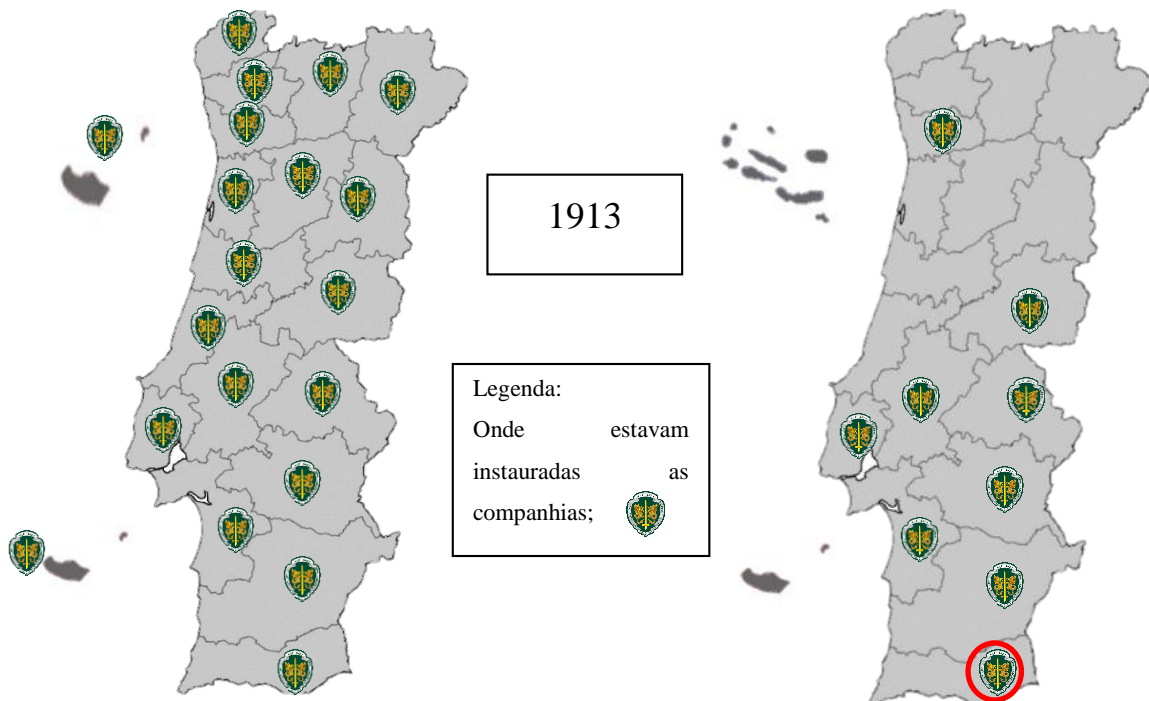


Figura n.º 10 – Disposição territorial que estava prevista na Lei n.º 1/1913, de 1 de julho.

Fonte: Elaboração Própria.

Figura n.º 11 – Disposição territorial que demonstrava a realidade em 1913.

Fonte: Elaboração Própria.

Apêndice D

Composição e Distribuição da Força em 1914

Segundo o que apurámos, a GNR neste ano não sofreu alterações quanto à sua lei orgânica contudo, ainda não foi neste ano que esta instituição conseguiu alcançar o que estava previsto na lei (cfr. Figura n.º 13). No entanto, Portugal deu alguns passos neste sentido, tendo para o efeito sido instauradas as companhias de Coimbra, Braga, Guarda e Bragança como demonstra a Figura n.º 14.

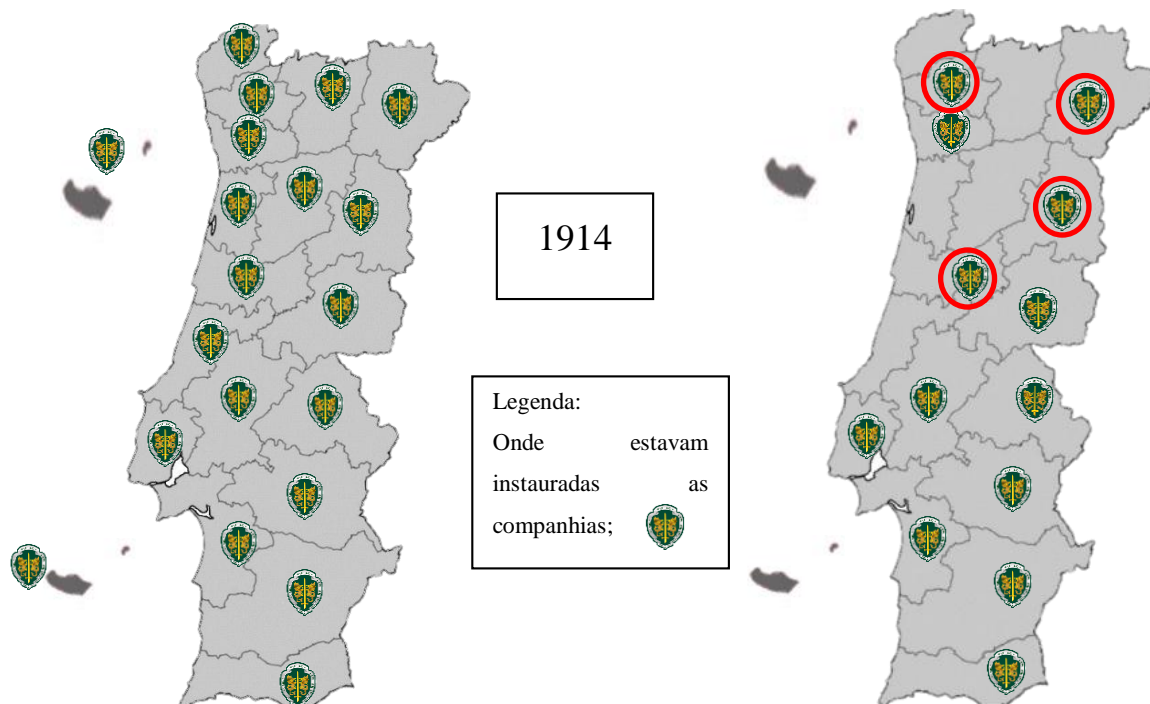


Figura n.º 12 – Disposição territorial que estava prevista na Lei n.º 1/1913, de 1 de julho.

Fonte: Elaboração Própria.

Figura n.º 13 – Disposição territorial que demonstrava a realidade em 1914.

Fonte: Elaboração Própria.

Apêndice E

Composição e Distribuição da Força em 1917

Ao analisarmos a figura n.º6 conseguimos perceber que Portugal não estava a passar por uma boa fase a nível económico e o esforço de guerra só piorou a situação do país. Este facto aliado à situação do exército ter deixado de enviar os seus militares para a GNR⁶⁷ e de ter enviado militares para prestar serviço em unidades do exército que estavam a ser mobilizadas para a guerra constituiu assim dois dos grandes motivos para o atraso do alastramento da força da GNR por todo o território nacional.

Por um lado, a crise financeira leva a que não houvesse capital para constituir novas unidades no país e por outro lado, os militares desta força de segurança estavam, também, a ser mobilizados para fora do país, nomeadamente, para as colónias e para França. Logo, baseando-me nestes factos, pensamos que o esforço de guerra foi um dos motivos pelos quais em 1916 não se instaurou nenhuma companhia. Contudo em 1917 só foram implementadas as companhias de Leiria e Vila Real como demonstra a figura n.º 16.

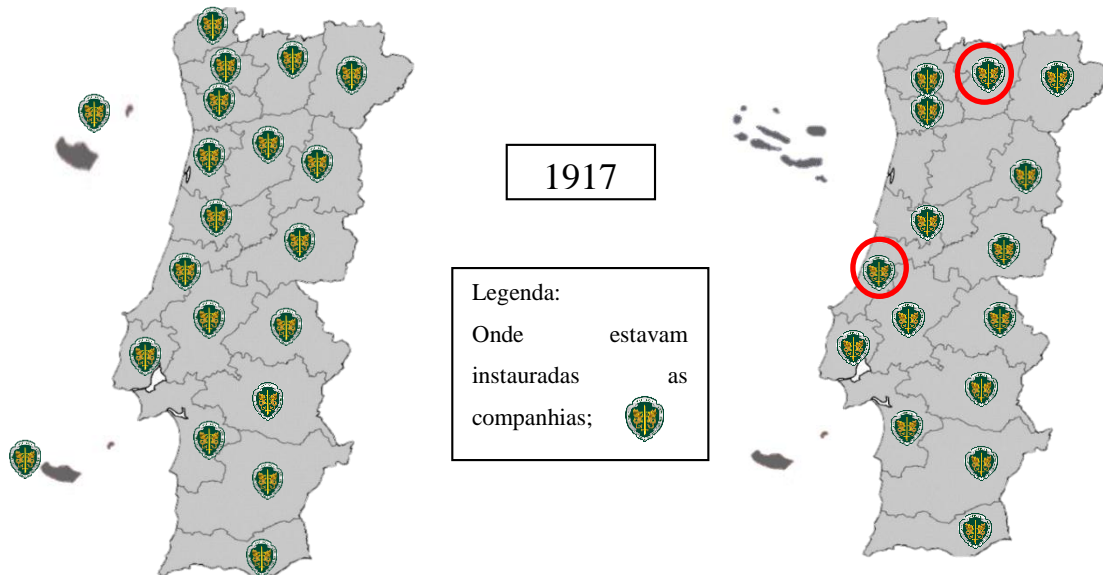


Figura n.º 14 – Disposição territorial que estava prevista por lei.

Fonte: Elaboração Própria.

Figura n.º 15 – Disposição territorial que demonstrava a realidade em 1917.

Fonte: Elaboração Própria.

⁶⁷ Já que os militares da GNR eram recrutados a partir dos militares que prestavam serviço no exército e na armada, desde que cumprissem os requisitos que a lei o exigia.

Apêndice F

Composição e Distribuição da Força em 1919

Tendo em conta os dados e as informações que fomos trabalhando, a GNR sofreu a sua maior transformação a nível organizacional em 1919 através do Decreto – Lei n.º 5568/1919 de 10 de maio (Cfr. Figura n.º 17) já que o governo da altura decidiu reorganizar a força e aumentar o seu quadro orgânico em relação ao número de militares.

Com o intuito de ir ao encontro da vontade do legislador a OSGNR n.º 61/1919 de 26 de dezembro vem assim criar e ordenar que se instale a companhia do Funchal que já estava prevista desde 1911 (Cfr. Figura n.º 18). Já a companhia que devia estar sediada em Angra do Heroísmo só foi constituída no ano seguinte, no dia 26 de fevereiro de 1920 com a OSGNR n.º 19/1920 de 15 de maio.

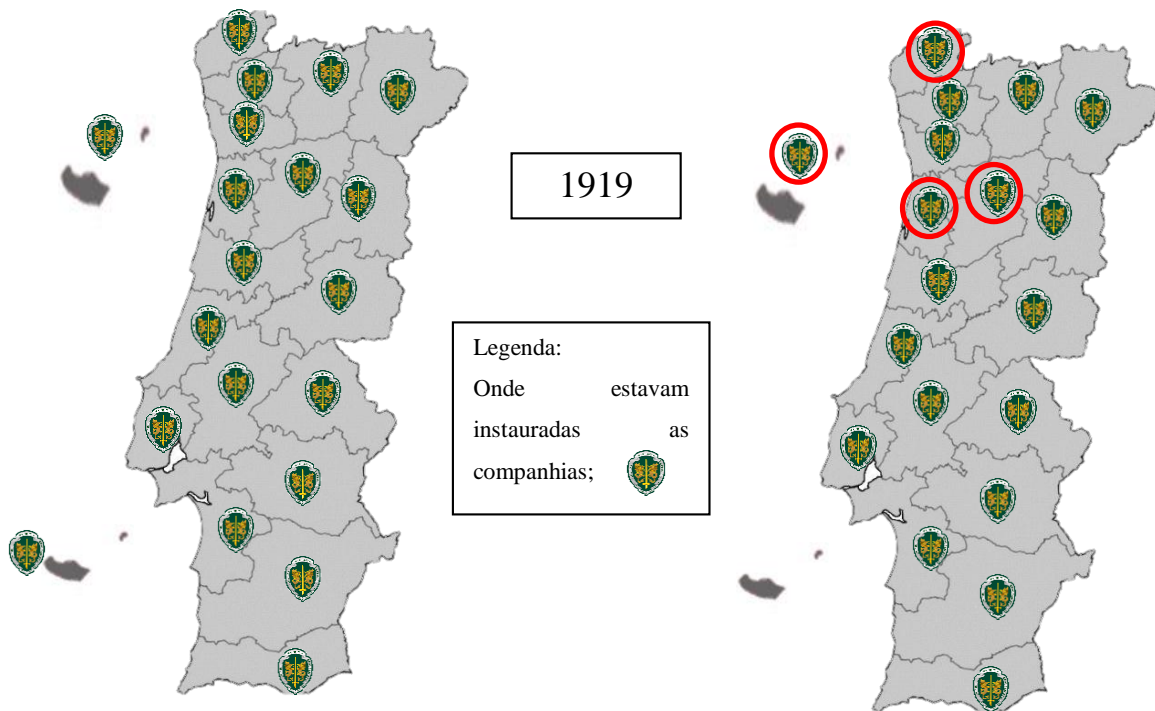


Figura n.º 16 – Disposição territorial que estava prevista no Decreto – Lei n.º 5568/1919 de 10 de Maio.

Fonte: Elaboração Própria.

Figura n.º 17 – Disposição territorial que demonstrava a realidade em 1919.

Fonte: Elaboração Própria.

Apêndice G
Recusas Coletivas de Embarque para França

Tabela n.º 3 – Recusas Coletivas de Embarque para França.

Mês	Local	Ação
janeiro 1917	Leira	Insubordinação – O Batalhão de Infantaria n.º 7, recusa-se a embarcar no comboio em direção a Lisboa. Com a intervenção firme dos oficiais a insubordinação foi ultrapassada.
janeiro 1917	Santarém	Insubordinação – No Batalhão de Infantaria n.º 34, os oficiais recusam-se a seguir para Lisboa. Os oficiais foram detidos e não seguiram para França.
março 1917	Lisboa	Insubordinação – No Batalhão de Infantaria n.º 9, um grupo de praças recusou-se a embarcar, aproveitando a fraca vontade de partir dos oficiais.
abril 1917	Lisboa	Insubordinação – No BSCF deu-se um prenúncio de rebelião, logo após o toque de recolher, por considerarem que era ilegal o seu envio para França. A intervenção dos oficiais terminou de imediato com a insubordinação.
julho 1917	Penafiel	Insubordinação – O Batalhão de Infantaria n.º 32, recusou-se a apresentar no Quartel de modo a boicotar o transporte para Lisboa. Durou 13 dias só tendo terminado com a intervenção da Guarda Nacional Republicana.

dezembro 1917	Lisboa	Revolta – Sidónio Pais comanda um movimento revolucionário para derrubar o governo, tendo conseguido a vitória. O Batalhão de Infantaria n.º 33, de Lagos, que se encontrava na Capital a aguardar transporte para França, envolveu-se e auxiliou o derrube do governo.
---------------	--------	--

Fonte: (Lopes, 2012, p. 38).

Apêndice H

Golpe de 14 de maio de 1915

Quando se dá início ao ano de 1915 era notório o descontentamento dos militares perante as políticas que o governo queria seguir.

Neste contexto, existia uma evidente onda de descontentamento e um mal-estar no seio dos militares do exército. Para fazer face a esta situação o Presidente da República da altura (Manuel de Arriaga) nomeia o General Pimenta de Castro para formar governo. Deste modo Pimenta de Castro para acalmar os ânimos deixa de pressionar a Inglaterra, pondo assim de parte a ideia de Portugal se tornar um país beligerante, pensando que assim conseguia acalmar o corpo de oficiais, que na generalidade se demonstrava contra a guerra.

Pimenta de Castro passou assim a ser o líder do governo e em 28 de janeiro de 1915 através da ditadura que decidiu instaurar ordenou que se encerrasse o parlamento para impedir que os deputados e o seu presidente lá pudessem entrar. Para que esta decisão vingasse, a GNR destacou forças de modo a cercar o parlamento como está demonstrado na figura n.º19.



Figura n.º 18 – Encerramento do Parlamento pela ditadura do General Pereira de Castro em janeiro de 1915.

Fonte: (Moura, 2014, p. 14).

Embora o militar eleito por Manuel de Arriaga tenha acalmado os ânimos políticos nos primeiros tempos, os radicais (liderados por Afonso Costa) fartam-se das políticas de Pimenta de Castro e em meados de março “passam à oposição frontal e aberta acusando Pimenta de Castro de ditador” (Rodrigues, 2014, p. 4). Para levarem a sua ideia avante (acabar com a ditadura imposta por Pimenta de Castro) este grupo de radicais começa a conspirar contra o governo que está instaurado, apoiando-se para isso em organizações como a “formiga branca” Telo, (2010) e Rodrigues, (2014).

Na sequência do grande descontentamento que se fazia sentir pela ditadura que estava instaurada por Pimenta de Castro, na noite de 14 para 15 de maio de 1915 dá-se início à conspiração instaurada e organizada contra o governo. Esta revolta era encabeçada por Álvaro de Castro, Freitas Ribeiro, Norton de Matos e Sá Cardoso e tinha como apoiantes alguns membros da carbonária, militares do exército, da GNR da Guarda Fiscal, da armada e alguns grupos de civis armados que decidem apoiar esta revolução (Rosas, 2010). Esta força que se opunha assim contra o poder que estava instaurado contava com cerca de 7000 homens do seu lado. Este golpe tem início, quando o Capitão de Fragata Leote de Rego toma conta do cruzador *Vasco da Gama* que estava atracado no Tejo e de outras embarcações que se encontravam no local, enquanto em terra “um pequeno grupo de militares da marinha e alguns elementos da GNR, da Guarda Fiscal e do exército tomaram o arsenal da marinha, na baixa de Lisboa e iniciaram uma distribuição das armas que ali estavam pelas organizações paramilitares formiga-branca e carbonária que se tinham preparado para receber armamento.” (Rodrigues, 2014, p. 5), sendo este ato uma ação muito semelhante ao que se tinha passado no 5 de outubro. Deste modo, os radicais para alcançarem o sucesso tomam também de assalto o quartel de marinheiros. Como referimos anteriormente, centenas de civis armados aliam-se a este movimento e causam o caos nas ruas de Lisboa atacando a GNR e o exército (que apoiavam o General Pimenta de Castro) recorrendo a bombas e a técnicas de guerrilha urbana como refere Rosas, (2010).

Para contrariar os revoltosos, o governo mantinha do seu lado o exército e Grande parte dos militares da GNR. Com a finalidade de resistir à oposição que os radicais encabeçaram o governo instala-se no quartel do Carmo em Lisboa (pertencente à GNR) e entrega a defesa da capital ao comandante da divisão de Lisboa (Telo, 2010) e (Rosas, 2010). Os apoiantes do governo encontravam-se assim em desvantagem em relação aos seus opositores porque não tinham forças de artilharia suficientes do seu lado, os navios que não tinham sido tomados pelos radicais recusam-se a obedecer ao governo e não atacam os navios que se tornam insurgentes; outra contrapartida com que o governo se

depara é que com o decorrer desta revolta são inúmeros os militares que desertam e que passam a apoiar os seus opositores.

Este golpe decorreu pela noite dentro tendo-se só chegado a um consenso no fim da manhã, quando Leote de Rego “envia um ultimato ao chefe do governo exigindo a sua demissão” (Rodrigues, 2014, p. 6). Pimenta de Castro, que se encontrava com os restantes ministros no quartel do Carmo, apercebesse então que com apoio que tem do seu lado não consegue suprimir a força e a vontade dos revoltosos, tendo no final do dia apresentado a sua demissão, sendo aprisionado a bordo do cruzador *Vasco da Gama*.

Este movimento por parte dos radicais levou ainda a que o presidente Manuel de Arriaga apresentasse a sua demissão e fosse substituído por Teófilo de Braga pouco tempo depois. João Chagas foi nomeado para formar novo ministério e o Comandante-Geral da GNR, General Ernesto da Encarnação Ribeiro foi exonerado, sendo substituído por António do Carvalhal da Silveira Telles de Carvalho (Cezerales, 2011).

Decorrente deste movimento, a cidade de Lisboa fica sem policiamento e por sua vez fica a saque, onde são bastantes os grupos de assaltantes que decidem roubar as lojas e casas de particulares, isto porque só três dias depois, no dia 17, a situação tendeu a acalmar.

Apêndice I

Golpe de Sidónio Pais - 5 De dezembro de 1917

O golpe de 5 de dezembro de 1917 ou Sidonismo pelo qual também é conhecido é um movimento militar que se opôs à República Democrática instaurada em Portugal. Este movimento foi liderado por Sidónio Pais e tinha Brito Camacho como um dos seus apoiantes. Não é difícil de entender os motivos que levaram este golpe de Estado a ter um enorme apoio do seu lado. Este movimento presidido por Sidónio Pais apoiou-se no facto de existir uma grande insatisfação por parte do povo relativa aos diversos assaltos que existiam quase todos os dias, das inúmeras greves e manifestações realizadas pelo movimento operário devido à crise económica pela qual Portugal estava a passar e que se foi agravando com a entrada do país na guerra e o grande descontentamento que se fazia sentir no seio dos militares já que grande parte destes estava contra a guerra.

Machado Santos, um dos vários apoiantes de Sidónio, após se ter libertado “do cativeiro em Viseu” (Santos, 1999, p. 199) consegue persuadir algumas unidades que estavam instauradas no interior a juntarem-se à sua causa e a lutarem contra o regime. Este grupo que lutava contra o poder instituído em Portugal para além de conseguir recrutar diversas unidades militares, onde a artilharia é preponderante, consegue ainda o apoio dos cadetes da Escola de Guerra que também se decidem juntar à contenta com a ambição de sarar o seu orgulho que estava ferido pelo facto de os “os democratas os terem derrotado dois anos antes” (Santos, 1999, p. 199). Deste modo a frente comandada por Sidónio Pais instala as suas forças na Rotunda do Parque Eduardo VII com o intuito de por termo ao Governo e alcançar assim a liderança do regime.

Com vista a dar resposta a este incidente o Governo organiza assim um movimento, liderado pelo Ministro da Guerra, com a finalidade de travar a iniciativa Sidonista. Assim sendo, Norton de Matos, apoiado por Leote de Rego⁶⁸, marcha para combater a frente revoltosa que estava instaurada na rotunda. A sua força era constituída por elementos da Armada que para além de possuírem elementos apeados também tinham do seu lado alguns

⁶⁸ Leote de Rego foi quem assumiu o comando das forças da armada já que estas estavam do lado do governo.

navios de guerra no rio Tejo prontos a intervir caso fosse necessário. Estavam ainda a lutar ao lado do governo a GNR e a Guarda Fiscal tendo-se alienado a este movimento alguns grupos de civis que apoiavam o regime. Após esta força estar constituída, Norton de Matos, avança com a mesma com o intuito de travar a frente Sidonista e leva a sua força em direção à rotunda tentando assim travar Sidónio. O que Norton de Matos não estava à espera era de encontrar a rotunda tão bem defendida e guarnecida e de ser recebido por tiros de metralhadora (Gonçalves, 1989). Perante este facto e após três dias de conflitos os apoiantes do regime veem-se assim forçados a aceitar a vitória dos apoiantes de Sidónio.

Como refere Telo (2011), existiram inúmeras “milícias civis sidonista” que iam tentando tomar posse da cidade de Lisboa. Desde logo estes grupos armados veem aqui a oportunidade de fazer cair o governo que estava instaurado, para isso, começam a atacar “com bombas os núcleos isolados de forças governamentais, desencadeiam uma imensa vaga de assaltos aos estabelecimentos e, a partir de certa altura, às sedes do Partido Democrático, aos seus Jornais e às residências particulares dos seus dirigentes.” (Telo, 2011, p. 17). Instaurou-se assim o caos em Lisboa, este facto é notório já que o jornal A Capital interrompeu a sua publicação a 5 de dezembro e só voltou a realizar uma nova publicação seguinte quatro dias depois. Conseguimos perceber o medo o pânico e os estragos que foram feitos ao analisarmos a publicação do jornal “A Capital” de 9 de dezembro de 1917 onde está transcrito o seguinte: “Muita gente andou hoje pelas ruas, vendo os estragos produzidos pelos bombardeamentos (...) O número de mortos, que se saiba, anda já por uns cem, sendo de mais de quinhentos o de feridos.”⁶⁹.

Com a vitória de Sidónio Pais quem toma posse dos Ministérios e do Governo é a Junta Revolucionária. Como a GNR estava do lado do governo e não apoiou Sidónio a Guarda Nacional Republicana vê assim o seu Comandante Geral ser destituído. Para fazer face a esta situação o novo governo de Sidónio nomeia para ocupar o cargo o Coronel José de Oliveira Duque. Contudo esta não é a única alteração que Sidónio efetua no seio da GNR. Este por sua vez decide dar continuidade à Lei de 1 de julho de 1913⁷⁰ já que com a entrada de Portugal na Grande Guerra a expansão da GNR por todo o território nacional vai sendo atrasada. Como podemos verificar pelo que é escrito no Diário do Governo de 1 de maio de 1918: “Sendo, no entanto, insuficientes os efetivos das suas unidades organizadas em Lisboa, pois estão ainda por organizar algumas criadas pela Lei de 1 de

⁶⁹ Cfr. Jornal A Capital n.º 2622/1917 de 9 de dezembro.

⁷⁰ Cfr. Decreto – Lei n.º93/1918, de 1 de maio.

julho de 1913”⁷¹ em consequência deste facto é então “criada em Lisboa a 8.^a companhia da guarda nacional republicana, a incorporar no batalhão n.º1, sendo o seu efetivo o normal das companhias da mesma guarda.”⁷²

⁷¹ Cfr. Decreto – Lei n.º93/1918, de 1 de maio.

⁷² Cfr. Decreto – Lei n.º93/1918, de 1 de maio.

Anexos

Anexo A

Comandantes Gerais da GNR desde 1911 a 1921

Ernesto da Encarnação Ribeiro	5. Outubro, 1910—31. Maio, 1915
António do Carvalhal da Silveira Teles de Carvalho	2. Junho, 1915—29. Fevereiro, 1916
António Xavier Correia Barreto	1. Março, 1916—11. Dezembro, 1917
Josné de Oliveira Duque	12. Dezembro, 1917—19. Julho, 1918
António Paulino de Andrade	11. Fevereiro, 1919—16. Abril, 1919
José Rodrigues Lopes de Mendonça e Matos	17. Abril, 1919—22. Janeiro, 1920
João Pedrosa de Lima (a)	23. Fevereiro, 1920—8. Maio, 1921
António Xavier Correia Barreto	21. Março, 1921—10. Maio, 1921
Vitoriano José de Cesar	11. Maio, 1921—24. Maio, 1921
Bernardo de Faria e Silva	25. Maio, 1921—25. Setembro, 1921
Abel Hipólito	26. Setembro, 1921—19. Outubro, 1921
Ernesto Maria Vieira da Rocha	20. Outubro, 1921

Figura n.º 19 – Comandantes Gerais da GNR de 1911 a 1921.

Fonte: Anuário da Guarda Nacional Republicana (1922, p.4).